



## Demonstrações Contábeis consolidadas - BrGaap

<b>ÍNDICE GERAL</b>	<b>Página</b>
Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	09
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	105
Relatório dos Auditores Independentes	107
Parecer do Conselho Fiscal	110
Parecer do Conselho da Administração	111

**Balço Patrimonial Consolidado**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
<b>CIRCULANTE</b>	<b>541.481.371</b>	<b>514.548.403</b>	<b>485.250.568</b>
<b>DISPONIBILIDADES (Nota 4)</b>	<b>12.848.524</b>	<b>13.242.976</b>	<b>11.485.921</b>
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)</b>	<b>125.713.522</b>	<b>120.600.940</b>	<b>85.275.228</b>
Aplicações no mercado aberto	117.549.929	114.067.123	78.459.281
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.163.694	6.534.954	6.816.469
Provisões para perdas	(101)	(1.137)	(522)
<b>TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)</b>	<b>126.365.639</b>	<b>120.997.389</b>	<b>124.118.864</b>
Carteira própria - livre	44.019.136	76.144.829	81.738.815
Vinculados a compromissos de recompra	71.466.702	41.152.003	40.374.894
Instrumentos financeiros derivativos	2.062.377	905.638	37.860
Vinculados ao Banco Central	1.100		
Vinculados a prestação de garantias	8.816.324	2.794.919	1.967.295
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>98.192.610</b>	<b>93.879.294</b>	<b>93.904.977</b>
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.496.605	83.229	1.983.761
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	95.768.498	93.345.132	91.004.376
Correspondentes	927.507	450.933	916.840
<b>RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS</b>	<b>80.940</b>	<b>561.884</b>	<b>82.011</b>
Recursos em trânsito de terceiros	259	192	330
Transferências internas de recursos	80.681	561.692	81.681
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)</b>	<b>138.009.940</b>	<b>129.249.192</b>	<b>122.890.627</b>
Setor público	5.606.942	4.518.988	5.091.381
Setor privado	147.400.576	138.256.038	130.598.251
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	705.386	748.074	550.835
Provisão para operações de créditos	(15.702.964)	(14.273.908)	(13.349.840)
<b>OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)</b>	<b>38.304.807</b>	<b>34.458.544</b>	<b>46.190.537</b>
Créditos por avais e fianças honrados	32.817	29.185	29.260
Carteira de câmbio	4.183.607	2.506.525	1.209.399
Rendas a receber	3.984.602	2.971.952	2.370.400
Negociação e intermediação de valores	55.104	2.766	15.662
Créditos específicos	781.382	765.593	752.954
Diversos	29.579.536	28.440.582	42.084.996
Provisão para outros créditos	(312.241)	(258.059)	(272.134)
<b>OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)</b>	<b>1.965.389</b>	<b>1.558.184</b>	<b>1.302.403</b>
Outros valores e bens	1.957.092	1.602.632	1.237.916
Provisões para perdas	(94.693)	(90.591)	(30.371)
Despesas antecipadas	102.990	46.143	94.858
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>577.680.802</b>	<b>550.135.001</b>	<b>477.819.635</b>
<b>TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)</b>	<b>44.573.491</b>	<b>46.995.168</b>	<b>42.967.084</b>
Carteira própria - livre	10.670.844	8.062.680	9.578.204
Vinculados a compromissos de recompra	33.900.020	36.289.543	30.868.426
Vinculados ao Banco Central	-	1.046	993
Vinculados a prestação de garantias	2.627	2.641.899	2.519.461
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>26.320.106</b>	<b>25.145.776</b>	<b>21.443.040</b>
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	26.320.106	25.145.776	21.443.040
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)</b>	<b>470.286.774</b>	<b>441.339.273</b>	<b>396.189.106</b>
Setor público	44.499.369	43.451.441	36.782.388
Setor privado	434.871.276	405.528.944	367.805.114
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	4.270.540	4.605.327	3.356.758
Provisão para operações de créditos	(13.354.411)	(12.246.439)	(11.755.154)
<b>OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)</b>	<b>25.039.690</b>	<b>25.565.848</b>	<b>8.153.860</b>
Diversos	25.084.052	25.594.041	8.187.742
Provisão para outros créditos	(44.362)	(28.193)	(33.882)
<b>PERMANENTE</b>	<b>11.460.741</b>	<b>11.088.936</b>	<b>9.066.545</b>
<b>INVESTIMENTOS (Nota 11)</b>	<b>4.522.889</b>	<b>4.188.450</b>	<b>3.194.975</b>
Participações em coligadas e controladas:	4.068.465	3.878.686	2.897.133
- No país	4.068.265	3.878.067	2.896.591
- No exterior	200	619	542
Outros investimentos	674.391	499.753	475.327
Provisão para perdas	(219.967)	(189.989)	(177.485)
<b>IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)</b>	<b>3.848.643</b>	<b>3.754.040</b>	<b>3.287.684</b>
Imóveis de uso	1.408.414	1.258.361	913.688
Reavaliações de imóveis de uso	728.363	739.998	744.196
Outras imobilizações de uso	7.029.549	6.709.767	6.172.760
Depreciações acumuladas	(5.317.683)	(4.954.086)	(4.542.960)
<b>INTANGÍVEL (Nota 13)</b>	<b>3.089.209</b>	<b>3.146.446</b>	<b>2.583.886</b>
Ativos intangíveis	4.427.376	4.262.780	3.865.189
Amortizações acumuladas	(1.338.167)	(1.116.334)	(1.281.303)
<b>TOTAL</b>	<b>1.119.162.173</b>	<b>1.064.683.404</b>	<b>963.070.203</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Balço Patrimonial Consolidado**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
<b>CIRCULANTE</b>	<b>646.014.134</b>	<b>621.007.710</b>	<b>569.988.762</b>
<b>DEPÓSITOS (Nota 14)</b>	<b>344.596.723</b>	<b>341.467.033</b>	<b>320.517.031</b>
Depósitos à vista	27.879.676	27.013.964	24.286.581
Depósitos de poupança	232.117.335	236.836.068	220.990.257
Depósitos interfinanceiros	1.936.147	3.223.817	4.092.776
Depósitos a prazo	73.537.944	65.916.798	60.358.246
Depósitos especiais e de fundos e programas	9.125.621	8.476.386	10.789.171
<b>CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)</b>	<b>174.301.247</b>	<b>165.935.128</b>	<b>141.452.590</b>
Carteira própria	102.242.377	69.854.249	66.967.037
Carteira de terceiros	72.058.870	96.080.879	74.485.553
<b>RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)</b>	<b>62.918.178</b>	<b>45.743.859</b>	<b>43.202.167</b>
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	62.760.287	45.743.859	43.202.167
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	157.891		
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>2.166.171</b>	<b>335.101</b>	<b>2.991.812</b>
Recebimentos e pagamentos a liquidar	2.157.545	319.759	2.977.163
Correspondentes	8.626	15.342	14.649
<b>RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS</b>	<b>685.398</b>	<b>1.533.644</b>	<b>915.061</b>
Recursos em trânsito de terceiros	613.642	1.501.545	503.538
Transferências internas de recursos	71.756	32.099	411.523
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)</b>	<b>6.872.091</b>	<b>4.918.919</b>	<b>1.715.077</b>
Empréstimos no exterior	6.872.091	4.918.919	1.715.077
<b>OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)</b>	<b>1.462.525</b>	<b>2.090.507</b>	<b>2.128.805</b>
TESOURO NACIONAL - PIS	359.057	195.885	402.671
BNDES	783.297	334.821	897.482
FGTS	318.086	1.486.099	826.418
Outras	2.085	73.702	2.234
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))</b>	<b>73.939</b>	<b>53.718</b>	<b>295.350</b>
Instrumentos financeiros derivativos	73.939	53.718	295.350
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)</b>	<b>52.937.862</b>	<b>58.929.801</b>	<b>56.770.869</b>
Cobrança e arrecadações de tributos e semelhantes	1.480.557	342.884	1.148.924
Carteira de câmbio	264.984	342.662	91.940
Sociais e estatutárias	1.652.623	1.874.197	1.087.191
Fiscais e previdenciárias	2.229.793	2.044.388	1.906.997
Negociação e intermediação de valores	117.016	70.597	6.790
Recursos para destinação específica:	9.554.544	10.107.859	8.455.446
- Obrigações de operações com loterias	891.360	1.483.765	756.764
- Obrigações por fundos e programas sociais	7.638.044	8.074.813	7.064.038
- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	1.025.140	549.281	634.644
Instrumentos híbridos de capital e dívida	741.048	1.900.636	
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	876.818	851.580	845.954
Diversas	36.020.479	41.394.998	43.227.627
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>410.624.553</b>	<b>381.584.971</b>	<b>356.836.922</b>
<b>DEPÓSITOS (Nota 14)</b>	<b>81.290.956</b>	<b>77.578.706</b>	<b>70.788.319</b>
Depósitos interfinanceiros	487.576	440.060	452.765
Depósitos a prazo	80.803.380	77.138.646	70.335.554
<b>CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)</b>	<b>1.882.657</b>	<b>6.834.756</b>	<b>4.381.176</b>
Carteira própria	1.882.657	6.834.756	4.381.176
<b>RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)</b>	<b>99.365.563</b>	<b>92.005.218</b>	<b>67.836.000</b>
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	86.868.650	81.227.368	58.919.611
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	12.496.913	10.777.850	8.916.389
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)</b>	<b>2.825.578</b>	<b>531.120</b>	<b>1.761.520</b>
Empréstimos no exterior	2.825.578	531.120	1.761.520
<b>OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)</b>	<b>189.270.657</b>	<b>175.341.091</b>	<b>171.988.560</b>
TESOURO NACIONAL - PIS	351.319	584.695	317.018
BNDES	30.583.839	29.370.625	26.280.474
FGTS	156.173.663	143.547.345	144.008.039
Outras	2.161.836	1.838.426	1.383.029
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)</b>	<b>35.989.142</b>	<b>29.294.080</b>	<b>40.081.347</b>
Fiscais e previdenciárias	136.666	144.104	149.808
Instrumentos híbridos de capital e dívida	247.234		
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	19.678.516	19.325.625	39.931.539
Diversas	15.926.726	9.824.351	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)</b>	<b>62.523.486</b>	<b>62.090.723</b>	<b>36.244.519</b>
Capital social:	22.054.802	22.054.802	22.054.802
- Capital de domiciliados no país	35.000.000	35.000.000	35.000.000
- Capital a realizar	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)
Instrumento elegível ao capital principal	36.086.566	35.867.958	8.000.000
Reservas de capital	167	167	167
Reserva de reavaliação	400.031	408.392	388.622
Reservas de lucros	6.221.877	6.873.097	3.884.084
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.839.032)	(3.113.693)	(209.255)
Lucros/Prejuízos Acumulados	1.599.075		2.126.099
<b>T O T A L</b>	<b>1.119.162.173</b>	<b>1.064.683.404</b>	<b>963.070.203</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração Consolidada do Resultado**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)</b>	<b>32.127.820</b>	<b>65.334.042</b>	<b>24.916.755</b>	<b>47.699.847</b>
Operações de crédito (Nota 8 (e))	21.174.095	40.759.197	15.949.635	30.429.462
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	8.381.680	17.376.527	7.203.167	13.296.524
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	(371.461)	2.018.629	(849.949)	(892.471)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	215.719		150.038	299.977
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	2.707.160	5.140.712	2.202.394	4.242.683
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	20.627	38.977	261.470	323.672
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)</b>	<b>(27.146.217)</b>	<b>(54.985.959)</b>	<b>(19.270.790)</b>	<b>(36.226.164)</b>
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(17.503.922)	(34.352.908)	(12.465.037)	(24.165.001)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(3.716.014)	(7.575.090)	(2.765.476)	(5.450.286)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))		(1.957.628)		
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.370.809)	(1.517.406)	(88.824)	(181.208)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (j))	(4.555.472)	(9.582.927)	(3.951.453)	(6.429.669)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>4.981.603</b>	<b>10.348.083</b>	<b>5.645.965</b>	<b>11.473.683</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(4.350.961)</b>	<b>(8.911.870)</b>	<b>(3.913.695)</b>	<b>(7.731.579)</b>
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	4.016.554	7.948.591	3.721.682	7.223.300
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	1.025.981	1.980.055	792.429	1.544.999
Despesas de pessoal (Nota 24)	(4.681.190)	(9.624.641)	(4.245.874)	(8.530.607)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(2.911.589)	(5.630.459)	(2.723.875)	(5.308.143)
Despesas tributárias (Nota 29)	(904.101)	(1.710.658)	(694.780)	(1.451.480)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	145.765	310.648	128.798	286.220
Outras receitas operacionais (Nota 26)	3.014.197	5.489.315	2.449.930	4.969.946
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(4.056.578)	(7.674.721)	(3.342.005)	(6.465.814)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>630.642</b>	<b>1.436.213</b>	<b>1.732.270</b>	<b>3.742.104</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)</b>	<b>(130.367)</b>	<b>(252.704)</b>	<b>(218.168)</b>	<b>(285.890)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>500.275</b>	<b>1.183.509</b>	<b>1.514.102</b>	<b>3.456.214</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (c))</b>	<b>1.678.994</b>	<b>2.734.688</b>	<b>474.514</b>	<b>285.050</b>
Tributos correntes	(163.586)	(693.272)	(443.589)	(876.598)
Ativo fiscal diferido	1.744.742	3.333.173	607.766	681.846
Passivo fiscal diferido	97.838	94.787	310.337	479.802
<b>PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO</b>	<b>(244.305)</b>	<b>(434.971)</b>	<b>(109.424)</b>	<b>(351.797)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>1.934.964</b>	<b>3.483.226</b>	<b>1.879.192</b>	<b>3.389.467</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>22.054.802</b>	<b>8.000.000</b>	<b>167</b>	<b>392.929</b>	<b>2.005.496</b>	<b>2.896.900</b>	<b>23.069</b>		<b>35.373.363</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(232.324)		(232.324)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				4.433					4.433
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(6.422)	(6.422)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(8.740)				8.740	
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS						(144.190)			(144.190)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.389.467	3.389.467
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					169.473			(169.473)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)						254.116		(254.116)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(654.268)	(654.268)
Dividendos propostos								(89.387)	(89.387)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(98.442)	(98.442)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014</b>	<b>22.054.802</b>	<b>8.000.000</b>	<b>167</b>	<b>388.622</b>	<b>2.174.969</b>	<b>1.709.115</b>	<b>(209.255)</b>	<b>2.126.099</b>	<b>36.244.519</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>22.054.802</b>	<b>35.867.958</b>	<b>167</b>	<b>408.392</b>	<b>2.325.326</b>	<b>4.547.771</b>	<b>(3.113.693)</b>		<b>62.090.723</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(725.339)		(725.339)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				7.419					7.419
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(5.032)	(5.032)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(16.780)				16.780	
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		218.608							218.608
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS						(1.043.352)			(1,043,352)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3,483,226	3,483,226
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					139,830			(139,830)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)						252,302		(252,302)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(816,147)	(816,147)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(686,620)	(686,620)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015</b>	<b>22.054.802</b>	<b>36.086.566</b>	<b>167</b>	<b>400.031</b>	<b>2.465.156</b>	<b>3.756.721</b>	<b>(3.839.032)</b>	<b>1.599.075</b>	<b>62.523.486</b>

**Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014</b>	<b>22.054.802</b>	<b>8.000.000</b>	<b>167</b>	<b>383.668</b>	<b>2.005.496</b>	<b>1.565.605</b>	<b>(494.001)</b>	<b>1.171.132</b>	<b>34.686.869</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							284.746		284.746
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAValiaÇÃO				2.217					2.217
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAValiaÇÃO								(4.205)	(4.205)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				2.737				(2.737)	
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS						(110.606)			(110.606)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1879.192	1879.192
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					169.473			(169.473)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						254.116		(254.116)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(305.865)	(305.865)
Dividendos propostos								(89.387)	(89.387)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(98.442)	(98.442)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014</b>	<b>22.054.802</b>	<b>8.000.000</b>	<b>167</b>	<b>388.622</b>	<b>2.174.969</b>	<b>1.709.115</b>	<b>(209.255)</b>	<b>2.126.099</b>	<b>36.244.519</b>
<b>SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015</b>	<b>22.054.802</b>	<b>35.867.958</b>	<b>167</b>	<b>398.783</b>	<b>2.325.326</b>	<b>3.504.419</b>	<b>(2.595.198)</b>	<b>782.212</b>	<b>62.338.469</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(1243.834)		(1243.834)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAValiaÇÃO				7.419					7.419
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAValiaÇÃO								(1.150)	(1.150)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(6.171)				6.171	
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		218.608							218.608
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1934.964	1934.964
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					139.830			(139.830)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						252.302		(252.302)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(418.377)	(418.377)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(312.613)	(312.613)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015</b>	<b>22.054.802</b>	<b>36.086.566</b>	<b>167</b>	<b>400.031</b>	<b>2.465.156</b>	<b>3.756.721</b>	<b>(3.839.032)</b>	<b>1.599.075</b>	<b>62.523.486</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>6.193.936</b>	<b>12.177.927</b>	<b>4.337.868</b>	<b>11.532.617</b>
Lucro Líquido	1.934.963	3.483.226	1.879.192	3.389.467
Ajustes ao Lucro Líquido:	4.258.973	8.694.701	2.458.676	8.143.150
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	718.623	347.829	(740.249)	999.940
(Ganho)/Perda em Investimentos	(85.057)	(23.791)	410.079	432.018
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	(3.512)	(4.193)	828	
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	(812)	(55)	(801.451)	(801.451)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.555.472	9.582.927	3.951.453	6.429.669
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	369.318	738.636	209.648	419.296
Depreciações e Amortizações	423.683	802.751	423.412	722.226
Impostos Diferidos	(1.842.580)	(3.427.960)	(918.103)	(1.161.648)
Despesas com provisões para causas judiciais	344.018	837.072	290.357	485.306
Resultado de Participação em Coligadas	(145.765)	(310.648)	(128.798)	(286.220)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	(74.415)	122.712	(238.500)	904.014
Despesas com atualização monetárias de dividendos complementares pagos		29.421		
<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL</b>	<b>14.811.997</b>	<b>(3.528.019)</b>	<b>3.318.694</b>	<b>32.775.310</b>
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.264.024)	(1.535.789)	948.233	855.726
(Aumento) Redução em TVM para negociação	1.572.689	(2.506.510)	(14.164.682)	(5.271.677)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	885.348	(2.423.366)	(169.524)	(4.815.856)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(450.010)	(1.233.210)	(222.147)	(529.033)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(151.447)	(367.302)	(156.466)	(617.087)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(23.588.565)	(47.100.800)	(35.568.151)	(63.664.143)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(2.812.696)	(82.521)	646.943	5.536.653
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(236.271)	(407.150)	684.372	554.493
(Redução) Aumento em Depósitos	5.458.150	6.841.940	16.733.948	30.535.596
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	14.501.915	3.414.020	9.034.414	29.344.137
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	8.695.150	24.534.664	14.274.907	27.215.173
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	27.870	20.221	129.406	206.179
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	8.025.992	17.549.214	8.992.667	16.039.850
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	4.408.640	77.502	2.840.540	(1.802.269)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(260.744)	(308.932)	(685.766)	(812.432)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>21.005.933</b>	<b>8.649.908</b>	<b>7.656.562</b>	<b>44.307.927</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(2.915.545)	(3.278.078)	142.810	217.718
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	2.606.481	1.764.847	(691.229)	23.970
Alienação de Imobilizado de Uso	6.035	14.066	(3.551)	(924)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(313.445)	(573.574)	(228.357)	(658.462)
Baixa de Intangível	8.331	11.467	(35.829)	10.764
Aquisição de Intangível	(148.694)	(287.883)	(167.020)	(384.870)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(756.837)</b>	<b>(2.349.155)</b>	<b>(983.176)</b>	<b>(791.804)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
Incorporação de remuneração de IHCD	218.608	218.608		
Dividendos complementares dos exercícios de 2014		(1.072.773)	(1.441.901)	(1.441.901)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	(418.377)	(816.147)	499.903	(842.097)
Remuneração IHCD pago	(1.448.100)	(1.448.100)		
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(1.647.869)</b>	<b>(3.118.412)</b>	<b>(941.998)</b>	<b>(2.283.998)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>18.601.227</b>	<b>3.182.341</b>	<b>5.731.388</b>	<b>41.232.125</b>
<b>MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA</b>				
Caixa e Equivalentes no início do Período	111.797.226	127.216.112	84.213.813	48.713.076
Caixa e Equivalentes no fim do período	130.398.453	130.398.453	89.945.201	89.945.201
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>18.601.227</b>	<b>3.182.341</b>	<b>5.731.388</b>	<b>41.232.125</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração Consolidada do Valor Adicionado**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	2015				2014			
	2º trimestre		1º semestre		2º trimestre		1º semestre	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>1. RECEITAS</b>	<b>35.498.712</b>		<b>70.916.372</b>		<b>27.711.173</b>		<b>54.722.532</b>	
Intermediação financeira	32.127.820		65.334.042		24.916.755		47.699.847	
Prestação de serviços com tarifas	5.042.535		9.928.646		4.514.110		8.768.299	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(4.555.472)		(9.582.927)		(3.951.453)		(6.429.669)	
Outras	2.883.829		5.236.611		2.231.761		4.684.055	
<b>2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>22.590.745</b>		<b>45.403.032</b>		<b>15.319.336</b>		<b>29.796.495</b>	
<b>3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>6.183.308</b>		<b>11.769.642</b>		<b>5.357.497</b>		<b>10.400.610</b>	
Materiais, energia e outros	621.955		1.203.737		538.603		1.084.189	
Processamento de dados e comunicações	556.968		1.012.327		468.989		903.775	
Propaganda, publicidade e promoções	171.597		323.772		238.987		399.029	
Serviços de terceiros e especializados	584.134		1.164.556		541.634		1.101.505	
Serviços de vigilância e segurança	192.076		390.529		227.279		446.298	
Outras	4.056.578		7.674.721		3.342.005		6.465.814	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	521.862		980.386		619.330		1.158.383	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	565.080		1.147.926		534.962		1.022.496	
- Descontos de operações de crédito	328.999		460.083		84.635		140.382	
- Despesas com cartão de crédito/débito	330.766		669.165		296.817		556.094	
- Benefício pós-emprego	369.318		738.636		218.340		443.449	
- Provisões operacionais diversas	818.603		1.965.801		990.141		1.969.834	
- Demais	1.121.950		1.712.724		597.780		1.175.176	
<b>4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>	<b>6.724.659</b>		<b>13.743.698</b>		<b>7.034.340</b>		<b>14.525.427</b>	
<b>5. RETENÇÕES</b>	<b>423.683</b>		<b>802.751</b>		<b>378.199</b>		<b>722.226</b>	
Depreciação, amortização e exaustão	423.683		802.751		378.199		722.226	
<b>6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)</b>	<b>6.300.976</b>		<b>12.940.947</b>		<b>6.656.141</b>		<b>13.803.201</b>	
<b>7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>145.765</b>		<b>310.648</b>		<b>128.798</b>		<b>286.220</b>	
Resultado da equivalência patrimonial	145.765		310.648		128.798		286.220	
<b>8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)</b>	<b>6.446.741</b>		<b>13.251.595</b>		<b>6.784.939</b>		<b>14.089.421</b>	
<b>9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>6.446.741</b>	<b>100</b>	<b>13.251.595</b>	<b>100</b>	<b>6.784.939</b>	<b>100</b>	<b>14.089.421</b>	<b>100</b>
Pessoal	4.288.508	67	8.762.586	66	3.765.650	56	7.702.004	55
- Remuneração direta	3.195.549		6.537.771		2.734.840		5.667.337	
- Benefícios	887.297		1.805.573		840.956		1.651.922	
- FGTS	205.662		419.242		189.854		382.745	
Impostos, taxas e contribuições	(137.906)	(2)	272.996	2	809.914	12	2.346.831	17
- Federais	(320.063)		(103.875)		681.671		2.052.179	
- Estaduais	454		591		307		434	
- Municipais	181.703		376.280		127.936		294.218	
Remuneração de capitais de terceiros	361.176	6	732.787	6	330.183	5	651.119	5
- Aluguéis	361.176		732.787		330.183		651.119	
Remuneração de capitais próprios	730.989	11	1.502.767	11	493.694	7	842.097	6
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	418.377		816.147		395.252		743.655	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital	312.612		686.620		98.442		98.442	
Lucros retidos	1.203.974	19	1.980.459	15	1.385.498	20	2.547.370	18

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional .....	10
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.....	11
Nota 3 – Principais práticas contábeis .....	14
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa .....	22
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	22
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	23
Nota 7 – Relações interfinanceiras.....	32
Nota 8 – Carteira de crédito .....	33
Nota 9 – Outros créditos.....	40
Nota 10 – Outros valores e bens .....	43
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas .....	44
Nota 12 – Imobilizado de uso .....	45
Nota 13 – Intangível.....	46
Nota 14 – Depósitos .....	47
Nota 15 – Captações no mercado aberto .....	52
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos .....	53
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses .....	55
Nota 18 – Outras obrigações.....	56
Nota 19 – Patrimônio líquido .....	61
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).....	63
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira.....	67
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira.....	67
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias .....	68
Nota 24 – Despesas com pessoal.....	69
Nota 25 – Outras despesas administrativas.....	69
Nota 26 – Outras receitas operacionais .....	70
Nota 27 – Outras despesas operacionais .....	70
Nota 28 – Resultado não operacional .....	71
Nota 29 – Despesas tributárias .....	71
Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias .....	72
Nota 31 – Partes relacionadas .....	76
Nota 32 – Benefícios a empregados .....	80
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo.....	92
Nota 34 – Outras informações.....	102
Nota 35 – Eventos subsequentes.....	103

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 1 – Contexto operacional**

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias na Caixa Seguros Holding S/A, na Pan Seguros S/A e na Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.

A CAIXA iniciou, ao longo deste semestre, a reestruturação societária do segmento de seguridade com a criação da empresa CAIXA Seguridade Participações S/A (“CAIXA Seguridade”) e da CAIXA Operadora de Seguros S/A (“CAIXA Operadora”).

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sênior e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

A fim de cumprir seu objeto social, em conformidade com a Lei 11.908/2009, a CAIXA constituiu as subsidiárias integrais Caixa Participações S/A – CAIXAPAR, CAIXA Seguridade e CAIXA Operadora.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas****a) Contexto**

As demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis consolidadas de 30 de junho de 2015 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 21 de agosto de 2015 e pelo Conselho de Administração em 24 de agosto de 2015.

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas independentemente de requerimento do Banco Central do Brasil para apresentação de demonstrações contábeis, dado que a Administração da CAIXA entende ser relevante para o mercado tal divulgação em função do volume de operações e atuação da CAIXA no mercado financeiro nacional.

Em função de orientação do Banco Central do Brasil para que os instrumentos híbridos de capital e dívida fossem reclassificados do patrimônio líquido para o passivo nas demonstrações contábeis individuais, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, a Administração da CAIXA optou por deixar de apresentar as demonstrações contábeis individuais da controladora, passando a apresentar apenas as demonstrações contábeis consolidadas, por entender que essas demonstrações contábeis consolidadas fornecem os elementos necessários para o melhor entendimento da sua situação financeira, do volume total de suas operações e do cumprimento dos limites regulatórios e prudenciais do Banco Central do Brasil, onde os instrumentos híbridos de capital e dívida são classificados como elegíveis a capital e compõem o patrimônio líquido.

**b) Base de preparação e declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

**c) Reorganização Societária do segmento Seguridade da CAIXA**

Em 27 de maio de 2015, a CAIXA constituiu como subsidiária integral a empresa CAIXA Seguridade, inscrita sob o CNPJ nº 22.543.331/0001-00, tendo como objeto social a aquisição de participações societárias ou a participação, direta ou indireta, como sócia ou quotista do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objeto social seja a estruturação e comercialização de seguros nos diversos ramos, planos de previdência complementar e planos de capitalização, administração, comercialização e disponibilização de planos privados de assistência médica e odontológica, corretagem desses produtos, além da estruturação, administração e comercialização de consórcios e realização de operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No contexto de estruturação societária, a CAIXA Seguridade, em 30 de junho de 2015, absorveu diretamente as principais participações societárias relacionadas ao ramo de seguridade detidas pela CAIXA e por sua subsidiária integral Caixa Participações S.A. ("CAIXAPAR"), conforme descrito a seguir:

- I. 100% das ações da CAIXA Operadora S.A., constituída em 27 de maio de 2015 como subsidiária integral da CAIXA, absorvida pela CAIXA Seguridade em 30 de junho de 2015;
- II. 49,00% das ações da Panamericana Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. Adquirida em 29 de dezembro de 2014 pela CAIXAPAR;
- III. 48,99% das ações da PAN Seguros S.A. Adquirida em 19 de junho de 2015 pela CAIXAPAR;
- IV. 48,21% das ações da Caixa Seguros Holding S.A. Incorporada em 26 de fevereiro de 2010 pela CAIXAPAR.

Principais participações diretas da **CAIXA Seguridade**:

**CAIXA Seguros Holding S.A.:** Sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a participação como acionista ou sócia, em sociedades empresariais que exploram atividades de seguro em todos os ramos, incluindo saúde dental; planos de capitalização; planos de previdência privada aberta, nas modalidades pecúlio e renda; administração de consórcio; e atividades correlatas ou complementares às descritas anteriormente. O capital social da CAIXA Seguros Holding encontra-se dividido, predominantemente, entre o grupo francês CNP Assurances com 51,75% das ações e a CAIXAPAR com 48,21% das ações. Em 30 de junho de 2015, houve cisão parcial da CAIXAPAR com transferência dessa participação societária para a CAIXA Seguridade."

**CAIXA Operadora S/A:** Subsidiária integral da CAIXA Seguridade, foi constituída em 27 de maio de 2015 com o objetivo social de gerir a comercialização e distribuição de (i) seguros de pessoas, de patrimônio, rural, de crédito, garantia, de automóveis ou qualquer outro tipo de seguro; (ii) planos de previdência complementar, bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de previdência complementar; (iii) planos de capitalização, bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização; (iv) cotas de grupos de consórcio; (v) seguros de assistência médica e odontológica às pessoas jurídicas e/ou físicas; (vi) quaisquer produtos ou serviços regulados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pela Agência Nacional de Saúde (ANS) ou pelo Banco Central do Brasil (BACEN), relativos a grupo de consórcios.

**PAN Seguros S/A:** Sociedade anônima de capital fechado que tem como objetivo a exploração nos segmentos de seguros de pessoas (jurídicas e físicas), prestamista, habitacional, danos pessoais (DPVAT) e seguros de danos. Em 29 de dezembro de 2014, o controle acionário da PAN Seguros passou a ser da BTG Pactual Seguradora S.A. ("BTG") conforme contrato de compra e venda de ações celebrado entre a BTG e o Banco PAN S.A. Em 31 de dezembro de 2014, a PAN Seguros efetuou a incorporação reversa da BTG pelo valor de R\$ 550.406 e, se tornou controlada direta da BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. Com participação de 99,99%. Em 19 de junho de 2015, a CAIXAPAR adquiriu 48,99% das ações da PAN Seguros conforme acordado no contrato de opção de compra de ações e outras avenças firmado em 21 de agosto de 2014 com a BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. Posteriormente, a CAIXAPAR realizou a cisão parcial da participação total da PAN Seguros para a CAIXA Seguridade em 30 de junho de 2015.

**PAN Corretora:** Empresa de capital fechado e empreendimento controlado em conjunto pela BTG Pactual Holding de Seguros e CAIXAPAR com as participações de 51,00% e 49,00%, respectivamente. Tem como objetivo a administração, orientação e corretagem de seguros dos ramos elementares, seguros do ramo de vida e planos previdenciários. Em 30 de junho de 2015, a CAIXAPAR efetuou a cisão parcial da participação da PAN Corretora para a CAIXA Seguridade.

**d) Consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem a CAIXA e suas subsidiárias CAIXAPAR e CAIXA Seguridade, foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR, da CAIXA Seguridade e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado. As principais empresas que a CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas na Nota 11.

**e) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:**

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.552	112.732.358	49,00	40,35
Branes	40.975.186	-	37,25	37,25
Capgemini	63.764.544	-	24,19	22,05
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	17.640.000	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
CAIXA Operadora	100.000	-	100,00	100,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.239.226	-	48,21	48,21
PAN Seguros	166.210.711	51.313	48,99	48,99
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00

**(f) Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos**

Em razão das notícias divulgadas na imprensa, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados, administradores e fornecedores.

Até a data de divulgação das Demonstrações Contábeis Consolidadas do semestre findo em 30 de junho de 2015, a CAIXA, seus administradores e seus empregados não foram notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva que não sejam aquelas que envolvam seus prestadores de serviços, eventualmente decorrentes de fatos relacionados com a operação “A Origem”. A despeito disso, a CAIXA adotou providências, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os contratos com as empresas citadas.

Com base nas informações disponíveis, foi conduzido um processo interno de investigação que não identificou impactos relacionados a esse assunto que pudessem impactar as suas Demonstrações Contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2015, nem há qualquer informação objetiva que coloque em dúvida a boa conduta de seus funcionários, administradores e fornecedores.

De forma prospectiva a CAIXA continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão bem como avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar a necessidade de análises adicionais ou que outro processo de investigação interna seja efetuado.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 3 – Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas a seguir:

**(a) Conversão de moeda estrangeira**

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

**(b) Apuração do resultado**

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

**(c) Caixa e equivalentes de caixa**

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis consolidadas. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 4.

**(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Nas operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

**(e) Títulos e valores mobiliários**

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata dia*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

### (f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A CAIXA aplica a metodologia de hedge contábil e classifica os instrumentos financeiros derivativos na categoria hedge de risco de mercado. As variações no valor justo desses derivativos designados e qualificados como hedge de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto ajusta o valor escriturado do item coberto em contrapartida ao resultado do período. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização, o ajuste no valor contábil, avaliado ao custo, de um item protegido por hedge é amortizado no resultado durante o período até o vencimento do instrumento financeiro. Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (e) e (f).

**(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

**(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por, no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros são registrados no ativo tendo como contrapartida, passivo referente a obrigação assumida.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

**(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A CSLL é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

### (j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas (Nota 10).

### (k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN. A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

### (l) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

### (m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento. Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. *Softwares* desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização', em outras despesas administrativas e possuem as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de folha de pagamento	Até 5 anos

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

### (n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, tais como softwares em desenvolvimento, e dos ágios na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata dia*,

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses tem seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente, conforme detalhamento na Nota 15 (b).

**(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

**(q) Benefícios a empregados**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida. Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

A Deliberação CVM nº 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos. A adoção do Pronunciamento ocorreu a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta “outros ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

**(r) Outros ativos e passivos**

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata dia* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata dia*.

**(s) Eventos subsequentes**

Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por eventos que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis e originam ajustes. Eventos que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis não originam ajustes.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b>	<b>12.848.524</b>	<b>13.242.976</b>	<b>11.485.920</b>
Disponibilidade em moeda nacional	7.691.841	8.572.363	7.064.908
Disponibilidade em moeda estrangeira	5.156.683	4.670.613	4.421.012
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)</b>	<b>117.549.929</b>	<b>113.973.136</b>	<b>78.459.281</b>
<b>Total</b>	<b>130.398.453</b>	<b>127.216.112</b>	<b>89.945.201</b>

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

## Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
<b>Aplicações no mercado aberto - posição bancada</b>	<b>45.463.206</b>	-	-	<b>45.463.206</b>	<b>17.956.455</b>	<b>3.973.729</b>
Letras financeiras do tesouro	202.992	-	-	202.992	-	150.617
Letras do tesouro nacional	33.554.284	-	-	33.554.284	17.862.468	2.218.702
Notas do tesouro nacional	11.705.930	-	-	11.705.930	93.987	1.604.410
<b>Aplicações no mercado aberto - posição financiada</b>	<b>72.086.723</b>	-	-	<b>72.086.723</b>	<b>96.110.668</b>	<b>74.485.552</b>
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	6.878.300	10.404.661
Letras do tesouro nacional	6.270.687	-	-	6.270.687	34.770.744	38.851.384
Notas do tesouro nacional	65.816.036	-	-	65.816.036	54.461.624	25.229.507
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>6.573.658</b>	<b>1.477.890</b>	<b>112.045</b>	<b>8.163.593</b>	<b>6.533.817</b>	<b>6.815.947</b>
Depósitos interfinanceiros	5.663.547	-	-	5.663.547	5.975.649	6.816.469
Depósitos interfinanceiros - crédito rural (1)	910.212	1.477.890	112.045	2.500.147	559.305	-
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(101)	-	-	(101)	(1.137)	(522)
<b>Total - ativo circulante</b>	<b>124.123.587</b>	<b>1.477.890</b>	<b>112.045</b>	<b>125.713.522</b>	<b>120.600.940</b>	<b>85.275.228</b>

(1) Inclui acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações firmado entre a CAIXA e o Banco SICRED no montante de R\$ 151.283 - em 31/12/2014, conforme Resolução CMN nº 3.263/05.

## (a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração do Resultado

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
<b>Rendas de aplicações no mercado aberto</b>	<b>3.423.795</b>	<b>7.783.884</b>	<b>2.308.524</b>	<b>4.704.922</b>
Posição bancada	911.189	1.911.885	312.971	618.521
Posição financiada	2.512.606	5.871.999	1.995.553	4.086.401
<b>Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>207.847</b>	<b>382.708</b>	<b>151.273</b>	<b>290.705</b>
<b>Total</b>	<b>3.631.642</b>	<b>8.166.592</b>	<b>2.459.797</b>	<b>4.995.627</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

## (a) Composição

Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
<b>Títulos públicos – Brasil</b>	<b>42.566.928</b>	<b>97.816.015</b>	<b>8.818.951</b>	<b>1.100</b>	-	<b>149.202.994</b>
Letras financeiras do tesouro	2.716.382	40.416	-	-	-	2.756.798
Letras do tesouro nacional	23.572.252	73.833.752	8.816.324	1.100	-	106.223.428
Notas do tesouro nacional	16.271.130	23.941.847	2.627	-	-	40.215.604
Tesouro nacional/ securitização	7.164	-	-	-	-	7.164
<b>Títulos – empresas</b>	<b>12.123.052</b>	<b>7.550.707</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.673.759</b>
Debêntures	615.943	7.169.978	-	-	-	7.785.921
Nota promissória	299.462	-	-	-	-	299.462
Letras de crédito imobiliário	77.327	-	-	-	-	77.327
Letras financeiras	221.254	-	-	-	-	221.254
Cotas de fundos	176.470	-	-	-	-	176.470
Certificado de recebíveis imobiliários	519.398	380.729	-	-	-	900.127
Ações	10.213.198	-	-	-	-	10.213.198
<b>Outros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.062.377</b>	<b>2.062.377</b>
<b>Total em 30/06/2015</b>	<b>54.689.980</b>	<b>105.366.722</b>	<b>8.818.951</b>	<b>1.100</b>	<b>2.062.377</b>	<b>170.939.130</b>
<b>Total em 31/12/2014</b>	<b>84.207.509</b>	<b>77.441.546</b>	<b>5.436.818</b>	<b>1.046</b>	<b>905.638</b>	<b>167.992.557</b>
<b>Total em 30/06/2014</b>	<b>91.317.019</b>	<b>71.243.320</b>	<b>4.486.756</b>	<b>993</b>	<b>37.860</b>	<b>167.085.948</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Classificação da carteira por prazo**

Posição em 30/06/2015	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
<b>Títulos públicos</b>	150.685.358	(1.481.880)	(484)	149.202.994	149.005.387	-	2.483.359	11.267.033	27.841.651	107.610.951
Letras financeiras do tesouro	2.754.107	2.691	-	2.756.798	2.756.798	-	7.445	-	-	2.749.353
Letras do tesouro nacional	107.664.763	(1.441.335)	-	106.223.428	106.045.078	-	2.475.914	11.267.033	27.831.689	64.648.792
Notas do tesouro nacional	40.256.412	(43.236)	2.428	40.215.604	40.196.347	-	-	-	9.962	40.205.642
Tesouro nacional/securitização	10.076	-	(2.912)	7.164	7.164	-	-	-	-	7.164
<b>Títulos – empresas</b>	18.700.469	(22.688)	995.978	19.673.759	19.663.458	10.389.668	88.520	-	299.462	8.896.109
Debêntures	7.815.513	(22.695)	(6.897)	7.785.921	7.785.921	-	-	-	-	7.785.921
Nota promissória	296.784	-	2.678	299.462	299.462	-	-	-	299.462	-
Letras de crédito imobiliário	77.280	-	47	77.327	77.327	-	-	-	-	77.327
Letras financeiras	221.180	-	74	221.254	221.254	-	88.520	-	-	132.734
Cotas de fundos	176.470	-	-	176.470	176.470	176.470	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	861.707	7	38.413	900.127	889.826	-	-	-	-	900.127
Ações	9.251.535	-	961.663	10.213.198	10.213.198	10.213.198	-	-	-	-
<b>Total – TVM</b>	<b>169.385.827</b>	<b>(1.504.568)</b>	<b>995.494</b>	<b>168.876.753</b>	<b>168.668.845</b>	<b>10.389.668</b>	<b>2.571.879</b>	<b>11.267.033</b>	<b>28.141.113</b>	<b>116.507.060</b>
Para negociação (3)	104.204.446	(1.504.568)	-	102.699.878	102.699.878	17.965	2.483.359	9.330.023	18.934.962	71.933.569
Disponíveis para venda	17.658.114	-	995.494	18.653.608	18.653.608	10.371.703	88.520	-	299.462	7.893.923
Mantidos até o vencimento (4)	47.523.267	-	-	47.523.267	47.315.359	-	-	1.937.010	8.906.689	36.679.568
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>2.062.377</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.062.377</b>	<b>2.062.377</b>	<b>-</b>	<b>30.059</b>	<b>237.480</b>	<b>86.315</b>	<b>1.708.523</b>
<b>Total – TVM e derivativos</b>	<b>171.448.204</b>	<b>(1.504.568)</b>	<b>995.494</b>	<b>170.939.130</b>	<b>170.731.222</b>	<b>10.389.668</b>	<b>2.601.938</b>	<b>11.504.513</b>	<b>28.227.428</b>	<b>118.215.583</b>

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado;

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de 543.021 - 31/12/2014 – (732.450) e 30/06/2014 – (11.397); líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo**

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

**(c.1) Categoria I - Títulos para negociação**

Descrição	30/06/2015						31/12/2014			30/06/2014				
	Sem venc.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
<b>Títulos públicos</b>	-	2.483.359	9.330.023	18.934.962	71.005.134	103.235.358	(1.481.880)	101.753.478	102.237.348	(1.572.172)	100.665.176	102.437.871	(771.005)	101.666.866
LFT	-	7.445	-	-	2.749.353	2.754.107	2.691	2.756.798	338.741	181	338.922	45.260	2	45.262
LTN	-	2.475.914	9.330.023	18.934.962	60.653.411	92.835.645	(1.441.335)	91.394.310	99.292.197	(1.563.359)	97.728.838	102.381.834	(770.113)	101.611.721
NTN	-	-	-	-	7.602.370	7.645.606	(43.236)	7.602.370	2.606.410	(8.994)	2.597.416	10.777	(894)	9.883
<b>Títulos - empresas</b>	17.965	-	-	-	928.435	969.088	(22.688)	946.400	988.398	44.362	1.032.760	1.575.596	(6.478)	1.569.118
Debêntures	-	-	-	-	927.097	949.792	(22.695)	927.097	967.040	44.346	1.011.386	1.550.543	(6.500)	1.544.043
Cotas de fundos	17.965	-	-	-	-	17.965	-	17.965	19.596	-	19.596	22.779	-	22.779
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.338	1.331	7	1.338	1.762	16	1.778	2.274	22	2.296
<b>Total</b>	17.965	2.483.359	9.330.023	18.934.962	71.933.569	104.204.446	(1.504.568)	102.699.878	103.225.746	(1.527.810)	101.697.936	104.013.467	(777.483)	103.235.984

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda**

Descrição	30/06/2015						31/12/2014			30/06/2014				
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
<b>Títulos públicos</b>	-	-	-	-	14.687	15.171	(484)	14.687	16.976	(947)	16.029	18.674	(1.527)	17.147
NTN	-	-	-	-	7.523	5.095	2.428	7.523	4.886	2.397	7.283	4.838	2.357	7.195
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	-	7.164	10.076	(2.912)	7.164	12.090	(3.344)	8.746	13.836	(3.884)	9.952
<b>Títulos – empresas</b>	<b>10.371.703</b>	<b>88.520</b>	<b>-</b>	<b>299.462</b>	<b>7.879.236</b>	<b>17.642.943</b>	<b>995.978</b>	<b>18.638.921</b>	<b>17.899.570</b>	<b>(1.814.730)</b>	<b>16.084.840</b>	<b>17.674.586</b>	<b>(580.506)</b>	<b>17.094.080</b>
Debêntures	-	-	-	-	6.858.824	6.865.721	(6.897)	6.858.824	6.906.485	(15.497)	6.890.988	6.412.253	(50.523)	6.361.730
Nota promissória	-	-	-	299.462	-	296.784	2.678	299.462	-	-	-	-	-	-
Letras de crédito imobiliário	-	-	-	-	77.327	77.280	47	77.327	259.069	27	259.096	677.678	41	677.719
Letras financeiras	-	88.520	-	-	132.734	221.180	74	221.254	219.038	36	219.074	223.164	17	223.181
Cotas de fundos	158.505	-	-	-	-	158.505	-	158.505	435.664	-	435.664	386.508	-	386.508
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	810.351	771.938	38.413	810.351	784.097	79.377	863.474	588.989	8.367	597.356
Ações (2)	10.213.198	-	-	-	-	9.251.535	961.663	10.213.198	9.295.217	(1.878.673)	7.416.544	9.385.994	(538.408)	8.847.586
<b>Total</b>	<b>10.371.703</b>	<b>88.520</b>	<b>-</b>	<b>299.462</b>	<b>7.893.923</b>	<b>17.658.114</b>	<b>995.494</b>	<b>18.653.608</b>	<b>17.916.546</b>	<b>(1.815.677)</b>	<b>16.100.869</b>	<b>17.693.260</b>	<b>(582.033)</b>	<b>17.111.227</b>

(1) Ajuste a Valor de Mercado. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de 543.021 em 30/06/2015; 31/12/2014 – (732.450); 30/06/2014 – (11.397); líquido dos efeitos tributários.

(2) As participações acionárias, classificadas na Categoria II, são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, no 1º semestre de 2015, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em ações no montante de R\$ 83.138.

### Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

Descrição	30/06/2015				31/12/2014		30/06/2014			
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
<b>Títulos públicos</b>	-	1.937.010	8.906.689	36.591.130	47.434.829	47.237.222	49.144.587	49.159.865	46.421.585	46.829.601
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	514.545	514.571
LTN	-	1.937.010	8.896.727	3.995.381	14.829.118	14.650.768	14.276.641	14.152.869	11.520.748	11.528.789
NTN	-	-	9.962	32.595.749	32.605.711	32.586.454	34.867.946	35.006.996	34.386.292	34.786.241
<b>Títulos - empresas</b>	-	-	-	88.438	88.438	78.137	143.527	142.016	279.292	279.292
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	88.438	88.438	78.137	143.527	142.016	279.292	279.292
<b>Total</b>	-	1.937.010	8.906.689	36.679.568	47.523.267	47.315.359	49.288.114	49.301.881	46.700.877	47.108.893

#### (d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.573.541	4.810.536	2.838.403	4.637.039
Ativos financeiros disponíveis para venda	434.902	777.987	521.168	809.230
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.741.585	3.621.581	1.385.718	2.859.460
Outros	10	(169)	(1.919)	(4.832)
<b>Total</b>	<b>4.750.038</b>	<b>9.209.935</b>	<b>4.743.370</b>	<b>8.300.897</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e) Instrumentos financeiros derivativos**

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

**(f) Hedge Contábil**

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger a exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA.

O hedge contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

HEDGE CONTÁBIL									
Estruturas	30/06/2015			31/12/2014			30/06/2014		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil
Hedge das emissões externas	5.169.942	1.545.993	7.878.741	4.943.633	739.273	6.390.881	4.276.580	(63.647)	4.614.165
Hedge das letras financeiras	930.660	(5.145)	1.142.758	898.460	(45.676)	1.013.536	837.660	(14.532)	900.259
<b>Total</b>	<b>6.100.602</b>	<b>1.540.848</b>	<b>9.021.499</b>	<b>5.842.093</b>	<b>693.597</b>	<b>7.404.417</b>	<b>5.114.240</b>	<b>(78.179)</b>	<b>5.514.424</b>

(1) Ajuste acumulado dos contratos de swap

ESTRUTURA TEMPORAL						
Vencimento	30/06/2015		31/12/2014		30/06/2014	
	Hedge das Emissões Externas	Hedge das Letras Financeiras	Hedge das Emissões Externas	Hedge das Letras Financeiras	Hedge das Emissões Externas	Hedge das Letras Financeiras
2014	-	-	-	-	79.410	-
2015	111.125	-	197.998	-	153.751	-
2016	213.509	-	188.617	-	147.443	-
2017	1.975.238	95.000	1.952.430	95.000	1.913.888	45.000
2018	145.126	16.500	124.083	6.500	87.837	3.500
2019	1.944.625	10.150	1.700.186	10.150	1.113.931	5.800
2020	30.805	11.360	30.805	11.360	30.805	11.360
2021	29.717	25.000	29.717	10.000	29.717	10.000
2022	719.797	-	719.797	-	719.798	-
2023	-	562.000	-	562.000	-	562.000
2024	-	203.450	-	203.450	-	200.000
2025	-	7.200	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5.169.942</b>	<b>930.660</b>	<b>4.943.633</b>	<b>898.460</b>	<b>4.276.580</b>	<b>837.660</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial:**

Descrição	Conta de Compensação / Valor Referencial			Valor Patrimonial a Receber (Recebido) / A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado (Res. / PL)	Valor Patrimonial		
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014			30/06/2015	30/06/2015	30/06/2015
<b>Contratos de futuros</b>								
<b>Compromissos de compra</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Cupom cambial	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Compromissos de venda</b>	<b>91.889.130</b>	<b>99.146.777</b>	<b>92.413.115</b>	-	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	91.795.047	99.066.737	92.357.277	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	94.083	80.040	55.838	-	-	-	-	-
<b>Contratos de Swaps</b>								
<b>Posição ativa</b>	<b>11.378.741</b>	<b>8.715.390</b>	<b>7.513.690</b>	<b>2.271.909</b>	<b>(209.532)</b>	<b>2.062.377</b>	<b>905.638</b>	<b>37.860</b>
Índices	930.695	898.571	837.798	44.879	(33.901)	10.978	189	3.226
Moeda estrangeira	10.448.046	7.816.819	6.675.892	2.227.030	(175.631)	2.051.399	905.449	34.634
<b>Posição passiva</b>	<b>11.378.741</b>	<b>8.715.390</b>	<b>7.513.690</b>	<b>58.461</b>	<b>15.478</b>	<b>73.939</b>	<b>53.718</b>	<b>295.350</b>
Índices	930.695	898.571	837.798	16.244	-	16.244	46.213	18.183
Moeda estrangeira	10.448.046	7.816.819	6.675.892	42.217	15.478	57.695	7.505	277.167

**(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contra parte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial:**

Descrição	30/06/2015							31/12/2014	30/06/2014
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido) / A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Result./ Patrimônio Líquido)	Valor Patrim.	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
<b>Posição Ativa:</b>									
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	2.271.909	(209.532)	2.062.377	30.059	237.480	86.315	1.708.523	905.638	37.860
BM&FBOVESPA	44.879	(33.901)	10.978	-	-	-	10.978	189	3.226
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	905.449	-
Inst. financeiras	2.227.030	(175.631)	2.051.399	30.059	237.480	86.315	1.697.545	-	34.634
<b>Posição Passiva:</b>									
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	58.461	15.478	73.939	1.270	58	23.271	49.340	53.718	295.350
BM&FBOVESPA	16.122	-	16.122	-	-	-	16.122	45.866	17.758
Empresas	122	-	122	-	-	122	-	347	427
Inst. financeiras	42.217	15.478	57.695	1.270	58	23.149	33.218	7.505	277.165

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial:**

Descrição	30/06/2015				Valor de Mercado	31/12/2014	30/06/2014
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias		Valor de Mercado	Valor de Mercado
<b>Contas de Compensação/ Valor Referencial</b>							
Contratos futuros	2.569.826	9.337.826	13.318.110	66.663.368	91.889.130	99.146.777	92.413.115
Contratos de Swaps	289.181	1.239.753	1.523.794	8.326.013	11.378.741	8.715.390	7.513.690

**(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos:**

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Swap	(589.889)	1.391.143	(218.182)	(428.279)
Futuro	218.428	627.486	(631.767)	(464.192)
<b>Total realizado</b>	<b>(371.461)</b>	<b>2.018.629</b>	<b>(849.949)</b>	<b>(892.471)</b>

**(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias**

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
<b>Títulos públicos</b>	<b>8.820.051</b>	<b>5.437.864</b>	<b>4.487.749</b>
Notas do tesouro nacional	2.627	2.543	2.512
Letras do tesouro nacional	8.817.424	5.428.684	4.479.576
Letras financeiras do tesouro	-	6.637	5.661

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 7 – Relações interfinanceiras**

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

Descrição	Remuneração	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	3.960.386	5.386.280	3.562.205
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	56.536.023	47.223.375	43.900.489
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	11.774.385	7.207.801	12.870.839
Compulsório adicional	Taxa SELIC	23.497.704	33.527.676	30.670.843
<b>Total</b>		<b>95.768.498</b>	<b>93.345.132</b>	<b>91.004.376</b>

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
<b>FGTS a ressarcir</b>	<b>90.116</b>	<b>85.207</b>	<b>96.976</b>
<b>FCVS a receber</b>	<b>28.870.978</b>	<b>28.028.495</b>	<b>24.606.903</b>
Não habilitados (1)	1.903.472	2.053.613	1.237.423
Habilitados e não homologados (2)	9.572.767	9.274.758	7.281.612
Habilitados e homologados (3)	17.394.739	16.700.124	16.087.868
<b>Provisão FCVS a receber</b>	<b>(2.640.988)</b>	<b>(2.967.926)</b>	<b>(3.260.839)</b>
<b>Total (líquido de provisão) (4)</b>	<b>26.320.106</b>	<b>25.145.776</b>	<b>21.443.040</b>

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

(4) Variação em 2014 representada essencialmente pelo recebimento de R\$ 3.068.077 de créditos FCVS, com deságio de R\$ 1.411.087 (Nota 9 (b)) pela cessão de créditos com a EMGEA.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

**(c) Resultado das aplicações compulsórias**

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Créditos vinculados ao BACEN	2.139.079	4.109.439	1.780.500	3.431.948
Créditos vinculados ao SFH	568.081	1.031.273	421.894	810.735
<b>Total</b>	<b>2.707.160</b>	<b>5.140.712</b>	<b>2.202.394</b>	<b>4.242.683</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 8 – Carteira de crédito**
**(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco**

Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
<b>Operações de crédito</b>	<b>268.284.081</b>	<b>149.207.718</b>	<b>85.116.832</b>	<b>75.907.885</b>	<b>27.010.662</b>	<b>9.621.117</b>	<b>3.781.307</b>	<b>3.214.941</b>	<b>15.209.546</b>	<b>637.354.089</b>	<b>597.108.812</b>	<b>544.184.727</b>
Empréstimos e títulos descontados	25.243.804	54.917.942	27.488.271	24.752.865	6.560.687	4.023.914	1.541.416	1.530.590	5.365.362	151.424.851	150.624.839	152.140.369
Financiamentos	10.684.487	13.333.775	4.486.606	4.547.295	4.426.056	1.569.901	1.031.010	798.844	3.982.750	44.860.724	39.894.998	34.992.709
Financiamentos rurais e agroindustriais	694.158	1.479.422	1.970.437	1.383.863	719.200	25.583	18.899	18.117	100.488	6.410.167	4.915.019	3.613.548
Financiamentos imobiliários	192.388.249	58.213.414	49.717.033	42.044.530	14.862.265	1.654.651	1.184.323	859.311	5.718.631	366.642.407	339.838.641	303.547.992
Financiamentos de infraestrutura	39.273.383	16.449.732	1.376.295	3.139.894	426.476	2.339.572	334	-	34.327	63.040.013	56.481.914	45.982.514
Cessão de créditos	-	4.813.433	78.190	39.438	15.978	7.496	5.325	8.079	7.988	4.975.927	5.353.401	3.907.595
<b>Outros créditos c/ característica de concessão de crédito</b>	<b>1.980.525</b>	<b>5.117.342</b>	<b>1.643.298</b>	<b>949.388</b>	<b>701.001</b>	<b>163.636</b>	<b>25.023</b>	<b>23.502</b>	<b>135.343</b>	<b>10.739.058</b>	<b>9.820.919</b>	<b>7.923.376</b>
Cartão de crédito	637.826	4.339.855	425.984	543.950	195.143	58.301	24.268	19.191	99.649	6.344.167	7.171.685	6.109.045
Adiantamento de contratos de câmbio (1)	1.342.699	777.487	1.061.076	310.314	24.464	16.880	471	4.130	2.329	3.539.850	1.906.534	-
Créditos adquiridos (2)	-	-	137.238	93.668	472.452	88.303	-	-	-	791.661	684.730	1.763.168
Diversos	-	-	19.000	1.456	8.942	152	284	181	33.365	63.380	57.970	51.163
<b>Total</b>	<b>270.264.606</b>	<b>154.325.060</b>	<b>86.760.130</b>	<b>76.857.273</b>	<b>27.711.663</b>	<b>9.784.753</b>	<b>3.806.330</b>	<b>3.238.443</b>	<b>15.344.889</b>	<b>648.093.147</b>	<b>606.929.731</b>	<b>552.108.103</b>
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	(3.567)	(774.901)	(893.077)	(2.374.700)	(2.857.079)	(2.995.687)	(1.903.167)	(2.266.911)	(15.344.889)	(29.413.978)	(26.806.599)	(25.411.010)
<b>Total líq. de provisões</b>	<b>270.261.039</b>	<b>153.550.159</b>	<b>85.867.053</b>	<b>74.482.573</b>	<b>24.854.584</b>	<b>6.789.066</b>	<b>1.903.163</b>	<b>971.532</b>	<b>-</b>	<b>618.679.169</b>	<b>580.123.132</b>	<b>526.697.093</b>

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outras Obrigações".

(2) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos PAN, Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
<b>Provisão regulamentar</b>	-	(771.626)	(867.601)	(2.305.719)	(2.771.167)	(2.935.423)	(1.903.167)	(2.266.911)	(15.344.889)	(29.166.503)	(26.806.599)	(25.411.010)
<b>Operações de crédito</b>	-	(746.039)	(851.168)	(2.277.237)	(2.701.068)	(2.886.332)	(1.890.655)	(2.250.459)	(15.209.546)	(28.812.504)	(26.520.347)	(25.104.994)
Empréstimos e títulos descontados	-	(274.590)	(274.883)	(742.586)	(656.069)	(1.207.174)	(770.708)	(1.071.413)	(5.365.362)	(10.362.785)	(10.116.900)	(9.872.736)
Financiamentos	-	(66.669)	(44.866)	(136.419)	(442.606)	(470.970)	(515.505)	(559.191)	(3.982.750)	(6.218.976)	(5.560.415)	(4.211.234)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(7.397)	(19.704)	(41.516)	(71.920)	(7.675)	(9.450)	(12.682)	(100.488)	(270.832)	(135.587)	(60.965)
Financiamentos imobiliários	-	(291.067)	(497.170)	(1.261.336)	(1.486.227)	(496.395)	(592.162)	(601.518)	(5.718.631)	(10.944.506)	(10.208.721)	(10.413.483)
Financiamentos de infraestrutura	-	(82.249)	(13.763)	(94.197)	(42.648)	(701.872)	(167)	-	(34.327)	(969.223)	(481.332)	(514.985)
Cessão de créditos	-	(24.067)	(782)	(1.183)	(1.598)	(2.246)	(2.663)	(5.655)	(7.988)	(46.182)	(17.392)	(31.591)
<b>Outros créditos c/ característica de concessão de crédito</b>	-	(25.587)	(16.433)	(28.482)	(70.099)	(49.091)	(12.512)	(16.452)	(135.343)	(353.999)	(286.252)	(306.016)
Cartão de crédito	-	(21.699)	(4.260)	(16.319)	(19.514)	(17.490)	(12.134)	(13.434)	(99.649)	(204.499)	(229.054)	(215.685)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(3.888)	(10.611)	(9.309)	(2.446)	(5.064)	(236)	(2.891)	(2.329)	(36.774)	-	-
Créditos adquiridos	-	-	(1.372)	(2.810)	(47.245)	(26.491)	-	-	-	(77.918)	(52.631)	(60.122)
Diversos	-	-	(190)	(44)	(894)	(46)	(142)	(127)	(33.365)	(34.808)	(4.567)	(30.209)
<b>Provisão complementar (1)</b>	(3.567)	(3.275)	(25.476)	(68.981)	(85.912)	(60.264)	-	-	-	(247.475)	-	-
<b>Operações de crédito</b>	(3.550)	(3.223)	(25.295)	(67.922)	(85.260)	(59.621)	-	-	-	(244.871)	-	-
Empréstimos e títulos descontados	(2.647)	(2.449)	(20.326)	(56.552)	(71.068)	(49.893)	-	-	-	(202.935)	-	-
Financiamentos	(855)	(637)	(3.872)	(9.570)	(13.849)	(9.728)	-	-	-	(38.511)	-	-
Financiamentos rurais e agroindustriais	(8)	(64)	(350)	(1.443)	(298)	-	-	-	-	(2.163)	-	-
Financiamentos imobiliários	(40)	(73)	(747)	(357)	(45)	-	-	-	-	(1.262)	-	-
<b>Outros créditos c/ característica de concessão de crédito</b>	(17)	(52)	(181)	(1.059)	(652)	(643)	-	-	-	(2.604)	-	-
Cartão de crédito	(5)	(26)	(143)	(577)	(593)	(531)	-	-	-	(1.875)	-	-
Adiantamento de contratos de câmbio	(12)	(26)	(37)	(478)	(41)	(112)	-	-	-	(706)	-	-
Diversos	-	-	(1)	(4)	(18)	-	-	-	-	(23)	-	-
<b>Total Provisão</b>	(3.567)	(774.901)	(893.077)	(2.374.700)	(2.857.079)	(2.995.687)	(1.903.167)	(2.266.911)	(15.344.889)	(29.413.978)	(26.806.599)	(25.411.010)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução n 2.682 de 21/12/1999, do CMN, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco**

Com relação ao montante de crédito nos cursos Normal e Anormal (Notas 8 (c1) e (c2)), destaca-se alteração no critério de classificação. Conforme parágrafo 1º do art. 4º da Resolução 2.682/1999, admite-se a contagem dos períodos de atraso em dobro. Os valores de 31/12/2014 e 30/06/2015 foram ajustados com o novo critério para fins de comparabilidade.

**(c.1) Operações de crédito em Curso normal**

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
01 a 30 dias	4.186.430	10.026.027	3.714.806	3.474.113	929.016	273.412	78.211	56.797	312.174	23.050.986	23.424.577	20.075.116
31 a 60 dias	3.064.891	5.419.364	2.260.827	1.834.154	566.440	178.192	43.163	28.472	178.352	13.573.855	12.653.054	12.456.001
61 a 90 dias	2.935.366	4.839.027	2.028.942	1.759.641	517.614	166.584	38.400	25.234	159.752	12.470.560	11.585.191	11.373.391
91 a 180 dias	9.563.540	12.737.406	5.193.735	4.616.023	1.393.044	1.698.137	107.738	68.820	443.076	35.821.519	32.379.962	30.531.666
181 a 360 dias	15.661.742	18.759.099	9.206.377	6.944.352	2.103.203	697.639	137.926	78.283	555.759	54.144.380	49.364.793	47.389.910
Acima de 360 dias	234.852.637	102.544.137	55.054.704	46.135.726	11.656.241	2.976.800	535.824	303.014	3.542.049	457.601.132	425.565.299	381.797.147
<b>Total</b>	<b>270.264.606</b>	<b>154.325.060</b>	<b>77.459.391</b>	<b>64.764.009</b>	<b>17.165.558</b>	<b>5.990.764</b>	<b>941.262</b>	<b>560.620</b>	<b>5.191.162</b>	<b>596.662.432</b>	<b>554.972.876</b>	<b>503.623.231</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
<b>Parcelas vencidas</b>	-	-	<b>1.134.221</b>	<b>1.728.994</b>	<b>2.380.184</b>	<b>2.014.782</b>	<b>1.793.247</b>	<b>1.869.576</b>	<b>6.629.005</b>	<b>17.550.009</b>	<b>14.335.953</b>	<b>14.906.412</b>
01 a 30 dias	-	-	1.021.162	263.586	177.544	55.155	32.378	24.248	103.990	1.678.063	1.052.117	2.606.649
31 a 60 dias	-	-	113.059	800.543	277.661	97.018	50.721	36.289	175.536	1.550.827	1.410.621	1.050.040
61 a 90 dias	-	-	-	476.108	1.392.554	410.794	183.408	143.300	726.317	3.332.481	2.531.099	2.051.854
91 a 180 dias	-	-	-	188.757	532.407	1.118.842	1.195.799	1.286.168	1.361.500	5.683.473	4.285.324	4.291.903
181 a 360 dias	-	-	-	-	18	332.973	330.941	379.571	3.985.738	5.029.241	4.723.868	4.553.743
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	275.924	275.924	332.924	352.223
<b>Parcelas vincendas</b>	-	-	<b>8.166.518</b>	<b>10.364.270</b>	<b>8.165.921</b>	<b>1.779.207</b>	<b>1.071.821</b>	<b>808.247</b>	<b>3.524.722</b>	<b>33.880.706</b>	<b>35.714.368</b>	<b>33.578.460</b>
01 a 30 dias	-	-	168.608	235.812	160.444	44.764	22.974	17.828	97.713	748.143	739.978	631.214
31 a 60 dias	-	-	149.219	192.463	139.496	39.809	21.746	16.835	77.271	636.839	622.500	564.876
61 a 90 dias	-	-	146.576	188.444	137.391	39.071	21.332	16.523	75.411	624.748	613.587	554.316
91 a 180 dias	-	-	414.985	535.692	390.366	111.244	60.657	46.993	213.409	1.773.346	1.770.160	1.587.901
181 a 360 dias	-	-	735.952	950.803	687.874	197.916	108.142	83.883	379.898	3.144.468	3.244.347	2.917.072
Acima de 360 dias	-	-	6.551.178	8.261.056	6.650.350	1.346.403	836.970	626.185	2.681.020	26.953.162	28.723.796	27.323.081
<b>Total</b>	-	-	<b>9.300.739</b>	<b>12.093.264</b>	<b>10.546.105</b>	<b>3.793.989</b>	<b>2.865.068</b>	<b>2.677.823</b>	<b>10.153.727</b>	<b>51.430.715</b>	<b>50.050.321</b>	<b>48.484.872</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
<b>SETOR PÚBLICO</b>	<b>50.283.499</b>	<b>47.934.072</b>	<b>40.271.101</b>
Administração direta	26.390.211	25.215.734	23.380.634
Administração indireta – petroquímico	11.286.643	11.269.806	11.249.216
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	3.939.207	3.863.358	3.650.938
Administração indireta – outros	8.667.438	7.585.174	1.990.313
<b>SETOR PRIVADO</b>	<b>597.809.648</b>	<b>557.089.125</b>	<b>511.837.002</b>
<b>PESSOA JURÍDICA</b>	<b>131.310.839</b>	<b>122.272.415</b>	<b>117.470.832</b>
Comércio varejista	25.434.019	25.626.361	25.863.980
Construção civil	16.147.632	15.104.225	13.741.772
Siderurgia e metalurgia	9.678.523	9.615.257	9.619.444
Energia elétrica	10.950.261	9.655.847	10.066.859
Serviços financeiros	6.241.552	5.840.081	5.420.016
Outras indústrias	8.447.360	8.442.422	7.683.115
Transporte	9.470.022	9.038.161	7.720.851
Agronegócio e extrativismo	5.212.164	3.688.586	3.814.901
Comércio atacadista	7.214.753	5.872.840	5.620.713
Saúde	3.823.247	3.647.364	3.462.087
Saneamento e infraestrutura	4.741.023	3.518.471	3.579.716
Petroquímico	2.294.274	2.321.577	2.219.891
Têxtil	2.283.760	2.106.974	2.126.006
Comunicação	1.558.530	1.564.542	1.656.474
Alimentação	1.943.396	1.924.034	2.023.620
Serviços pessoais	370.061	375.437	378.977
Outros serviços	15.500.262	13.930.236	12.472.410
<b>PESSOA FÍSICA</b>	<b>466.498.809</b>	<b>434.816.710</b>	<b>394.366.170</b>
<b>Total</b>	<b>648.093.147</b>	<b>605.023.197</b>	<b>552.108.103</b>

## (e) Receitas de operação de crédito

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	11.324.507	21.615.568	8.899.067	16.704.798
Financiamentos rurais e agroindustriais	76.818	164.764	28.842	60.312
Financiamentos imobiliários	8.345.474	15.883.419	6.198.056	12.086.303
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	1.425.476	3.092.004	821.962	1.574.604
Outros créditos	1.820	3.442	1.708	3.445
<b>Total</b>	<b>21.174.095</b>	<b>40.759.197</b>	<b>15.949.635</b>	<b>30.429.462</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros**

A CAIXA realiza operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros como estratégia de negócio em suas operações.

A cessão de crédito está alinhada a estratégia operacional da instituição resultando no reconhecimento das receitas e despesas destas operações no resultado da intermediação financeira.

**(f.1) Carteiras cedidas**

No decorrer do 1º semestre de 2015 foi realizado entre a CAIXA e a Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros SA cessão onerosa de crédito. Ainda no mesmo período também foi realizada cessão onerosa de carteiras de créditos não performados junto à empresa Ativos S.A.

Descrição	Créditos ativos	Créditos baixados prejuízo	Valor total da cessão	Valor recebido
Renova Securitizadora S.A. (1º trimestre)	27.569	1.318.061	1.345.630	64.329
Renova Securitizadora S.A. (2º trimestre)	935.040	4.925.126	5.860.166	145.904
Ativos S.A (2º trimestre)	355.044	721.611	1.076.655	26.303
<b>Total (Semestre)</b>	<b>1.317.653</b>	<b>6.964.798</b>	<b>8.282.451</b>	<b>236.536</b>

Resultado com cessão de carteiras				
Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
<b>Receitas com vendas ou transferência de carteiras</b>	<b>1.543.226</b>	<b>1.755.297</b>	<b>88.353</b>	<b>180.864</b>
<b>Valor recuperado prejuízo (1)</b>	<b>178.847</b>	<b>241.858</b>	-	-
Ativos S.A	29.009	29.009	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	149.838	212.849	-	-
<b>Reversão de provisão (1)</b>	<b>1.240.391</b>	<b>1.267.969</b>	-	-
Ativos S.A	338.066	338.066	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	902.325	929.903	-	-
<b>Receitas vinculadas a cessões (2)</b>	<b>123.988</b>	<b>245.470</b>	<b>88.353</b>	<b>180.864</b>
RB Capital Securitizadora	123.988	245.470	88.353	180.864
<b>Despesas com vendas ou transferências de carteiras</b>	<b>(1.370.809)</b>	<b>(1.517.406)</b>	<b>(88.824)</b>	<b>(181.208)</b>
<b>Despesas vinculadas a cessões (2)</b>	<b>(123.779)</b>	<b>(244.116)</b>	<b>(88.824)</b>	<b>(181.208)</b>
RB Capital Securitizadora	(123.779)	(244.116)	(88.824)	(181.208)
<b>Prejuízos de obrigações p/ operações vinc. à cessão (1)</b>	<b>(1.247.030)</b>	<b>(1.273.290)</b>	-	-
Ativos S.A	(340.771)	(340.771)	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	(906.259)	(932.519)	-	-
<b>Despesas provisão carteiras cedidas com coobrigação (2)</b>	<b>(3.882)</b>	<b>(35.307)</b>	<b>(5.768)</b>	<b>(7.946)</b>
RB Capital Securitizadora	(3.882)	(35.307)	(5.768)	(7.946)
<b>Resultado</b>	<b>168.535</b>	<b>202.584</b>	<b>(6.239)</b>	<b>(8.290)</b>

(1) Cessão de créditos, sem coobrigação, para a Ativos S.A e Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

(2) Cessão de créditos, com coobrigação, para a RB Capital Securitizadora Residencial S.A

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

**(f.2) Carteiras adquiridas**

Resultado com carteiras adquiridas				
Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
<b>Modalidade com coobrigação (1)</b>	<b>21.827</b>	<b>41.416</b>	<b>65.971</b>	<b>139.398</b>
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	22.561	43.793	73.589	156.205
Despesas de obrigações p/ operações vinculadas à cessão	(734)	(2.377)	(7.618)	(16.807)
<b>Modalidade sem coobrigação (2)</b>	<b>654.968</b>	<b>1.211.837</b>	<b>418.550</b>	<b>782.668</b>
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	655.415	1.211.915	418.768	783.004
Despesas de obrigações p/ operações vinculadas à cessão	(447)	(78)	(218)	(336)
<b>Resultado</b>	<b>676.795</b>	<b>1.253.253</b>	<b>484.521</b>	<b>922.066</b>

(1) Carteiras adquiridas no período dos Bancos Cruzeiro do sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Banco PAN.

(2) Carteiras adquiridas no período do Banco PAN.

**(g) Concentração dos principais devedores**

Descrição	30/06/2015	%	31/12/2014	%	30/06/2014	%
Principal devedor	11.286.643	1,74	11.269.806	1,86	11.249.216	2,04
10 maiores devedores	44.947.581	6,94	42.036.699	6,95	39.735.200	7,20
20 maiores devedores	60.195.808	9,29	56.786.112	9,39	51.680.905	9,36
50 maiores devedores	81.893.182	12,64	77.560.357	12,82	69.183.040	12,53
100 maiores devedores	95.450.917	14,73	89.805.708	14,84	80.085.154	14,51

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (h) Movimentação da carteira de renegociação

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
<b>Operações renegociadas</b>	<b>2.906.256</b>	<b>5.611.756</b>	<b>2.709.900</b>	<b>5.201.671</b>
Operações comerciais	2.806.526	5.349.089	2.628.435	4.841.256
Operações habitacionais	99.730	262.667	81.465	360.415
<b>Operações recuperadas</b>	<b>744.442</b>	<b>1.052.477</b>	<b>440.644</b>	<b>804.313</b>
Operações comerciais	498.808	789.581	306.751	541.951
Operações habitacionais	245.634	262.896	133.893	262.362

## (i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
<b>Saldo inicial</b>	<b>(28.396.626)</b>	<b>(26.806.599)</b>	<b>(24.354.042)</b>	<b>(23.966.296)</b>
Constituição de provisão no período	(12.278.544)	(17.354.560)	(6.817.394)	(9.330.386)
Reversão de provisão no período	7.723.072	7.771.633	2.865.941	2.900.717
Transferência para prejuízo	3.538.120	6.975.548	2.894.485	4.984.955
<b>Saldo final</b>	<b>(29.413.978)</b>	<b>(29.413.978)</b>	<b>(25.411.010)</b>	<b>(25.411.010)</b>

## Nota 9 – Outros créditos

## (a) Composição

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Créditos por avais e fianças honrados	32.817	29.185	29.260
Carteira de câmbio – nota 9 (c)	4.183.607	2.506.525	1.209.399
Rendas a receber	3.984.602	2.971.952	2.370.400
Dividendos e JCP a receber	518.363	193.288	90.451
Convênios setor privado	116.193	93.957	102.597
Convênios setor público	412.766	352.279	324.667
Administração de fundos de investimento	49.534	48.089	89.830
Administração de fundos e programas sociais	2.523.305	1.988.092	1.451.160
Repasses OGU	351.201	190.080	220.308
Outras rendas a receber	13.240	106.167	91.387
Negociação e intermediação de valores	55.104	2.766	15.662
Créditos específicos	781.382	765.593	752.954
Diversos – nota 9 (b)	54.663.588	54.034.623	50.272.738
Provisão para outros créditos	(356.603)	(286.252)	(306.016)
<b>Total</b>	<b>63.344.497</b>	<b>60.024.392</b>	<b>54.344.397</b>
Ativo circulante	38.304.807	34.458.544	46.190.537
Ativo não circulante	25.039.690	25.565.848	8.153.860

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (b) Outros créditos – diversos

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Créditos tributários – (Nota 20)	29.096.898	25.189.610	21.056.147
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	13.017.473	12.625.576	12.079.589
Adiantamentos e antecipações salariais	507.991	190.724	472.381
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	-	1.400.065	296.626
Impostos e contribuições a compensar	705.010	1.051.828	323.437
Cartão de crédito (1)	6.591.027	7.313.709	6.246.866
Prêmio em aquisição de carteiras	1.411.733	1.188.447	1.103.902
Seguros a receber	143.382	125.950	108.311
Créditos adquiridos	791.661	684.730	1.763.168
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	281.220	280.194	3.941.936
Valores a receber – royalties	100.457	17.260	23.304
Valores a receber – FND	434.708	410.761	402.473
Valores a receber - correspondentes bancários	131.324	146.546	156.363
Valores a receber - resgate de bônus	101.617	97.994	94.860
Valores a receber - convênios de arrecadação e pagamentos	37.798	47.118	47.075
Valores a receber - créditos administrados	26.098	25.630	26.185
Valores a receber - planos de saúde autogestão	12.847	22.224	45.689
Valores a receber – TVM no exterior	-	344.967	-
Valores a apropriar (2)	2.129.306	3.976.683	1.983.043
Outros devedores (3)	760.733	376.953	167.624
Desconto em outros ativos financeiros (Nota 7 (b))	(1.411.087)	(1.411.087)	-
Provisão para perdas - diversos (4)	(206.608)	(71.259)	(66.241)
<b>Total</b>	<b>54.663.588</b>	<b>54.034.623</b>	<b>50.272.738</b>
Ativo circulante	29.579.536	28.440.582	42.084.996
Ativo não circulante	25.084.052	25.594.041	8.187.742

(1) Inclui R\$ 6.344.167 (31/12/2014 – 7.171.685; 30/06/2014 – 6.109.045) de créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.

(2) Ativos classificados em contas transitórias, principalmente, liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras.

(3) Inclui redução no valor recuperável de títulos e créditos a receber de empresas em processo de recuperação judicial no montante de R\$ (108.257) apurado e reconhecido no 1º semestre de 2015.

(4) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Carteira de câmbio**

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
<b>Ativo - outros créditos</b>			
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	48.205	19.581	12.400
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	4.100.532	2.467.809	1.193.951
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE	41.230	20.896	8.573
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(6.360)	(1.761)	(5.525)
<b>Ativo circulante</b>	<b>4.183.607</b>	<b>2.506.525</b>	<b>1.209.399</b>
<b>Passivo - outras obrigações</b>			
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	145.693	165.694	56.187
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	3.617.911	2.104.398	1.176.164
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE	(3.498.620)	(1.927.430)	(1.140.411)
<b>Passivo circulante (Nota 18 (a))</b>	<b>264.984</b>	<b>342.662</b>	<b>91.940</b>

**(c.1) Resultado de operações de câmbio**

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
<b>Receitas</b>	<b>11.218.992</b>	<b>19.914.848</b>	<b>2.673.809</b>	<b>6.282.255</b>
Disponibilidade em moeda estrangeira	7.135.580	14.007.044	1.578.733	3.861.047
Títulos emitidos no exterior	4.056.889	5.856.894	1.090.855	2.412.195
Outras	26.523	50.910	4.221	9.013
<b>Despesas</b>	<b>(11.003.273)</b>	<b>(21.872.476)</b>	<b>(2.523.771)</b>	<b>(5.982.278)</b>
Despesas de variações e diferenças de taxas	(7.494.603)	(13.823.989)	(1.629.137)	(3.991.242)
Títulos emitidos no exterior	(3.508.580)	(8.048.208)	(894.568)	(1.990.853)
Outras	(90)	(279)	(66)	(183)
<b>Resultado de câmbio</b>	<b>215.719</b>	<b>(1.957.628)</b>	<b>150.038</b>	<b>299.977</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 10 – Outros valores e bens**

Compostos por:

- Bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável;
- Despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação do décimo terceiro salário dos empregados (30/06/2015 e 30/06/2014) e à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC (31/12/2014);
- Estoque de material de consumo.

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
<b>Bens não de uso próprio</b>	<b>1.924.459</b>	<b>1.567.595</b>	<b>1.209.274</b>
Imóveis patrimoniais não de uso	269.660	224.992	161.053
Imóveis adjudicados/arrematados	1.654.799	1.342.603	1.048.221
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>102.990</b>	<b>46.143</b>	<b>94.858</b>
<b>Material de consumo</b>	<b>32.633</b>	<b>35.037</b>	<b>28.642</b>
<b>Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))</b>	<b>(94.693)</b>	<b>(90.591)</b>	<b>(30.371)</b>
<b>Total</b>	<b>1.965.389</b>	<b>1.558.184</b>	<b>1.302.403</b>

**(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis**

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
<b>Saldo inicial</b>	<b>(93.048)</b>	<b>(90.591)</b>	<b>(30.425)</b>	<b>(31.614)</b>
Constituição	(3.700)	(12.493)	(3.183)	(25.248)
Baixas	2.055	8.391	3.237	26.491
<b>Saldo final</b>	<b>(94.693)</b>	<b>(94.693)</b>	<b>(30.371)</b>	<b>(30.371)</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 11 – Participações em controladas e coligadas**

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial			
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014	2015		2014	
				2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
CAIXA Seguros Holding.	2.399.648	2.437.271	2.096.717	186.967	420.002	191.328	380.568
Banco PAN	890.254	1.020.949	441.558	(68.293)	(129.217)	(38.585)	(53.724)
Capgemini	211.339	236.891	249.527	(17.442)	(25.552)	(16.713)	(31.951)
Elo Serviços	18.749	14.931	13.253	2.045	3.818	(1.910)	(65)
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.832	6.880	6.778	103	125	16	91
Caixa Seguros Participações - CSP	-	-	43.331	-	-	270	2.192
Crescer	100	-	4.209	(3.686)	(1.279)	(5.327)	(10.402)
Branes	1.834	1.841	1.860	34	(6)	(7)	(37)
BIAPE	200	619	542	(441)	(450)	98	98
FGO – Fundo Garantia de Operações	211.957	91.943	104.445	-	-	-	-
FGHAB – Fundo Garantidor Habitação Popular	235.629	210.991	186.565	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações	32.465	39.059	39.356	(152)	(6.594)	(372)	(550)
TECBAN	106.636	58.976	-	45.990	47.660	-	-
PAN Corretora	26.610	24.500	-	640	2.141	-	-
PAN Seguros (1)	336.528	-	-	-	-	-	-
Outros Investimentos (2)	44.108	43.599	6.834	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4.522.889</b>	<b>4.188.450</b>	<b>3.194.975</b>	<b>145.765</b>	<b>310.648</b>	<b>128.798</b>	<b>286.220</b>

(1) PAN Seguros: Empresa adquirida pela CAIXAPAR em 18 de junho de 2015, foi objeto de cisão e incorporação pela CAIXA Seguridade S.A em 30 de junho de 2015 Nota 2 (c).

(2) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Ágios na aquisição de investimentos				
Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
<b>Saldo anterior</b>	<b>214.519</b>	<b>226.159</b>	<b>261.080</b>	<b>272.719</b>
Amortizações	(11.640)	(23.280)	(11.641)	(23.280)
<b>Saldo atual</b>	<b>202.879</b>	<b>202.879</b>	<b>249.439</b>	<b>249.439</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 12 – Imobilizado de uso

Com o índice de imobilização apurado de 15,34% (31/12/2014 – 14,43%; 30/06/2014 – 14,41%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

Composição do imobilizado de uso							
Descrição	30/06/2015			31/12/2014			30/06/2014
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
<b>Imóveis de uso</b>	<b>1.408.415</b>	<b>(419.571)</b>	<b>988.844</b>	<b>1.258.361</b>	<b>(355.224)</b>	<b>903.137</b>	<b>649.162</b>
Edificações	1.346.783	(419.571)	927.212	1.196.546	(355.224)	841.322	591.972
Terrenos	61.632	-	61.632	61.815	-	61.815	57.190
<b>Reavaliações de imóveis de uso</b>	<b>728.363</b>	<b>(189.053)</b>	<b>539.310</b>	<b>739.998</b>	<b>(178.338)</b>	<b>561.660</b>	<b>575.340</b>
Edificações	534.323	(189.053)	345.270	540.437	(178.338)	362.099	374.961
Terrenos	194.040	-	194.040	199.561	-	199.561	200.379
<b>Outras imobilizações de uso</b>	<b>7.029.548</b>	<b>(4.709.059)</b>	<b>2.320.489</b>	<b>6.709.767</b>	<b>(4.420.524)</b>	<b>2.289.243</b>	<b>2.063.182</b>
Imobilizações em curso	31.159	-	31.159	32.401	-	32.401	36.067
Inst., móveis e equip. de uso	1.527.537	(803.972)	723.565	1.434.613	(762.772)	671.841	634.173
Sistema de comunicação	91.424	(75.647)	15.777	91.922	(74.215)	17.707	19.189
Sistema de proc.de dados	4.991.694	(3.550.870)	1.440.824	4.771.998	(3.321.961)	1.450.037	1.266.442
Sistema de transporte e segurança	387.734	(278.570)	109.164	378.833	(261.576)	117.257	107.311
<b>Total</b>	<b>9.166.326</b>	<b>(5.317.683)</b>	<b>3.848.643</b>	<b>8.708.126</b>	<b>(4.954.086)</b>	<b>3.754.040</b>	<b>3.287.684</b>

Movimentação do imobilizado de uso							
Descrição	31/12/2014	Transferências	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2015	30/06/2014
<b>Imóveis de uso</b>	<b>903.137</b>	<b>1.530</b>	<b>214.182</b>	<b>(587)</b>	<b>(129.418)</b>	<b>988.844</b>	<b>649.162</b>
Edificações	841.322	1.331	214.182	(205)	(129.418)	927.212	591.972
Terrenos	61.815	199	-	(382)	-	61.632	57.190
<b>Reaval. de imóveis de uso</b>	<b>561.660</b>	<b>-</b>	<b>(122)</b>	<b>(9.517)</b>	<b>(12.711)</b>	<b>539.310</b>	<b>575.340</b>
Edificações	362.099	-	(98)	(4.020)	(12.711)	345.270	374.961
Terrenos	199.561	-	(24)	(5.497)	-	194.040	200.379
<b>Outras imobilizações de uso</b>	<b>2.289.243</b>	<b>(1.299)</b>	<b>359.514</b>	<b>-</b>	<b>(326.969)</b>	<b>2.320.489</b>	<b>2.063.182</b>
Imobilizações em curso	32.401	(1.299)	57	-	-	31.159	36.067
Inst., móveis e equip. de uso	671.841	(63)	101.004	-	(49.217)	723.565	634.173
Sistema de comunicação	17.707	-	-	-	(1.930)	15.777	19.189
Sistema de proc.de dados	1.450.037	12	246.240	-	(255.465)	1.440.824	1.266.442
Sist. de transp./segurança	117.257	51	12.213	-	(20.357)	109.164	107.311
<b>Total</b>	<b>3.754.040</b>	<b>231</b>	<b>573.574</b>	<b>(10.104)</b>	<b>(469.098)</b>	<b>3.848.643</b>	<b>3.287.684</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 13 – Intangível**

Descrição	30/06/2015				31/12/2014				30/06/2014
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.856.531	(986.695)	(6.327)	1.863.509	2.797.650	(825.011)	(6.168)	1.966.471	1.556.982
Outros ativos intangíveis	366.655	(49.856)	-	316.799	370.855	(45.987)	-	324.868	333.093
Projetos logiciais - Software	1.210.517	(301.616)	-	908.901	1.100.443	(245.336)	-	855.107	693.811
<b>Total</b>	<b>4.433.703</b>	<b>(1.338.167)</b>	<b>(6.327)</b>	<b>3.089.209</b>	<b>4.268.948</b>	<b>(1.116.334)</b>	<b>(6.168)</b>	<b>3.146.446</b>	<b>2.583.886</b>

Descrição	31/12/2014	30/06/2015			30/06/2014
	Líquido	Movimentação			Líquido
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	1.966.471	158.294	(11.467)	(249.789)	1.863.509
Outros ativos intangíveis	324.868	-	-	(8.069)	316.799
Projetos logiciais - Software	855.107	129.589	-	(75.795)	908.901
<b>Total</b>	<b>3.146.446</b>	<b>287.883</b>	<b>(11.467)</b>	<b>(333.653)</b>	<b>3.089.209</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 14 – Depósitos**
**(a) Composição**

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
<b>Depósitos à vista – sem remuneração</b>	<b>27.879.676</b>	<b>27.013.964</b>	<b>24.286.581</b>
Pessoas físicas	12.037.318	12.323.481	9.700.972
Pessoas jurídicas	12.128.760	11.550.896	10.907.111
Vinculados	2.038.283	1.842.482	2.168.284
Governo	971.399	918.168	736.110
Moedas estrangeiras	98.298	11.023	65.388
Instituições do sistema financeiro	60.888	60.575	36.890
Entidades públicas	468.868	170.142	566.987
Outros	75.862	137.197	104.839
<b>Depósitos de poupança – remuneração pós fixada</b>	<b>232.117.335</b>	<b>236.836.068</b>	<b>220.990.257</b>
Pessoas físicas	229.912.439	234.391.366	218.312.489
Pessoas jurídicas	2.202.492	2.442.270	2.675.350
Vinculados	2.404	2.432	2.418
<b>Depósitos interfinanceiros</b>	<b>2.423.723</b>	<b>3.663.877</b>	<b>4.545.541</b>
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>154.341.324</b>	<b>143.055.444</b>	<b>130.693.800</b>
Remuneração prefixada	73.968.446	66.772.385	63.664.044
Depósitos a prazo em moeda nacional	73.968.446	66.772.385	63.664.044
Remuneração pós-fixada	80.372.878	76.283.059	67.029.756
Depósitos a prazo em moeda nacional	23.038.633	22.826.263	18.654.435
Depósitos judiciais com remuneração	57.334.245	53.456.796	48.375.321
<b>Depósitos especiais e de fundos e programas</b>	<b>9.125.621</b>	<b>8.476.386</b>	<b>10.789.171</b>
Sem remuneração	279.354	263.759	267.394
Remuneração prefixada	525.978	494.003	477.884
Remuneração pós-fixada	8.320.289	7.718.624	10.043.893
<b>Total</b>	<b>425.887.679</b>	<b>419.045.739</b>	<b>391.305.350</b>
Passivo circulante	344.596.723	341.467.033	320.517.031
Passivo não circulante	81.290.956	77.578.706	70.788.319

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Depósitos por prazo de exigibilidade**

Depósitos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Depósitos à vista	27.879.676	-	-	-	27.879.676	27.013.964	24.286.581
Depósitos de poupança	232.117.335	-	-	-	232.117.335	236.836.068	220.990.257
Depósitos interfinanceiros	-	1.299.843	636.304	487.576	2.423.723	3.663.877	4.545.541
Depósitos a prazo	57.362.691	2.504.462	14.684.618	79.789.553	154.341.324	143.055.444	130.693.800
CDB	13.431	2.504.462	14.684.618	79.789.553	96.992.064	89.583.966	82.304.099
Depósitos judiciais	57.334.245	-	-	-	57.334.245	53.456.796	48.375.321
Outros	15.015	-	-	-	15.015	14.682	14.380
Depósitos especiais e de fundos e programas	9.125.621	-	-	-	9.125.621	8.476.386	10.789.171
<b>Total</b>	<b>326.485.323</b>	<b>3.804.305</b>	<b>15.320.922</b>	<b>80.277.129</b>	<b>425.887.679</b>	<b>419.045.739</b>	<b>391.305.350</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Despesas de captações com depósitos**

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Depósitos de poupança	(4.223.089)	(8.171.658)	(3.443.294)	(6.832.380)
Depósitos interfinanceiros	(65.920)	(132.368)	(65.994)	(108.879)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(2.819.922)	(5.364.780)	(1.903.452)	(3.646.479)
Depósitos judiciais	(878.679)	(1.640.293)	(627.252)	(1.243.720)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(331.075)	(646.988)	(269.400)	(521.255)
Outras captações	(170.824)	(339.282)	(141.827)	(277.837)
<b>Total</b>	<b>(8.489.509)</b>	<b>(16.295.369)</b>	<b>(6.451.219)</b>	<b>(12.630.550)</b>

**(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas**

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	3.431.982	2.901.111	5.399.790
Depósitos - Especiais com remuneração	1.931.795	1.824.348	1.796.301
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.494.339	1.763.026	1.637.081
Depósitos – FISANE	9.336	9.010	8.707
Depósitos – PRODEC	53.883	52.047	50.324
Programa de Integração Social – PIS	106.441	22.671	73.458
Fundo Garantia Safra – FGS	54.162	9.083	35.031
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	51.827	69.166	56.619
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	389.289	383.860	361.349
Depósitos - Pró-frota Pesqueira	8.170	7.945	8.114
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	7.311	10.447	9.098
Depósitos – PREVHAB	658.159	623.966	551.118
Saúde CAIXA	279.354	263.759	267.394
Outros	649.573	535.947	534.787
<b>Total</b>	<b>9.125.621</b>	<b>8.476.386</b>	<b>10.789.171</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas**

Descrição	Taxa de Remuneração	2015		2014	
		2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Depósitos - FGTS	Selic	(182.922)	(366.461)	(145.030)	(285.547)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(23.892)	(51.310)	(22.869)	(45.830)
Depósitos - FISANE	TR	(172)	(326)	(139)	(279)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(974)	(1.836)	208	(649)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(24.156)	(41.008)	(13.532)	(23.708)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(956)	(1.405)	(703)	(1.024)
Depósitos - FAR	Selic	2.124	(1.797)	(9.171)	(15.939)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(12.509)	(23.393)	(9.566)	(18.408)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(10.174)	(19.322)	(7.441)	(14.355)
Depósitos - FAS	TR	(20)	(45)	(13)	(25)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(19.401)	(37.004)	(14.679)	(28.421)
Depósitos - Caução	TR	(3.007)	(5.076)	(1.412)	(3.093)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(11.759)	(23.267)	(9.962)	(19.308)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(13.700)	(28.183)	(13.714)	(25.071)
Outros		(29.557)	(46.555)	(21.377)	(39.598)
<b>Total</b>		<b>(331.075)</b>	<b>(646.988)</b>	<b>(269.400)</b>	<b>(521.255)</b>

**(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT**

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT			30/06/2015			31/12/2014			30/06/2014		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					118.453	1.301.309	1.419.762	462.236	1.226.330	1.688.566	251.002	1.311.621	1.562.623
Proger urbano					54.324	961.377	1.015.701	374.230	844.004	1.218.234	183.988	888.047	1.072.035
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005		54.324	961.377	1.015.701	374.230	844.004	1.218.234	183.987	883.802	1.067.789
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005		-	-	-	-	-	-	-	24	24
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005		-	-	-	-	-	-	1	4.221	4.222
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007		-	-	-	-	-	-	804	1.920	2.724
FAT infraestrutura					63.743	336.665	400.408	64.789	378.609	443.398	65.735	419.321	485.056
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008		63.743	336.665	400.408	64.789	378.609	443.398	65.735	419.321	485.056
FAT – PNMPO					386	3.267	3.653	23.217	3.717	26.934	475	2.333	2.808
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007		386	3.267	3.653	23.217	3.717	26.934	475	2.333	2.808
Linhas de crédito especiais					370	74.207	74.577	300	74.160	74.460	309	74.149	74.458
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005		370	74.207	74.577	300	74.160	74.460	309	74.149	74.458
<b>Total</b>					<b>118.823</b>	<b>1.375.516</b>	<b>1.494.339</b>	<b>462.536</b>	<b>1.300.490</b>	<b>1.763.026</b>	<b>251.311</b>	<b>1.385.770</b>	<b>1.637.081</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 15 – Captações no mercado aberto**
**(a) Composição**

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
<b>Carteira própria (1)</b>	<b>104.125.034</b>	<b>76.689.005</b>	<b>71.348.213</b>
Letras financeiras do tesouro	40.227	-	170.240
Letras do tesouro nacional	73.206.834	41.115.381	41.899.202
Notas do tesouro nacional	23.107.088	27.661.569	24.050.099
Debêntures	7.368.736	7.380.696	4.438.361
Certificados de recebíveis imobiliários	402.149	531.359	523.106
Letras de crédito imobiliário	-	-	267.205
<b>Carteira de terceiros</b>	<b>72.058.870</b>	<b>96.080.879</b>	<b>74.485.553</b>
Letras financeiras do tesouro	-	6.876.951	10.404.661
Letras do tesouro nacional	6.259.077	34.742.305	38.851.383
Notas do tesouro nacional	65.799.793	54.461.623	25.229.509
<b>Total</b>	<b>176.183.904</b>	<b>172.769.884</b>	<b>145.833.766</b>
Passivo circulante	174.301.247	165.935.128	141.452.590
Passivo não circulante	1.882.657	6.834.756	4.381.176

(1) Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado.

**(b) Despesas de captações no mercado aberto**

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Carteira própria	(2.467.032)	(4.704.234)	(1.716.336)	(3.232.233)
Carteira de terceiros	(2.359.551)	(5.584.688)	(2.010.543)	(4.097.432)
Carteira de livre movimentação	(19.091)	(19.740)	-	-
<b>Total</b>	<b>(4.845.674)</b>	<b>(10.308.662)</b>	<b>(3.726.879)</b>	<b>(7.329.665)</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos**
**(a) Recursos de letras**

Depósitos	Indexador	Vencimento				30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Letra hipotecária	IGP-M	-	-	-	615.874	615.874	622.177	583.604
Letra hipotecária	INPC	-	-	-	13.680	13.680	13.522	12.549
Letra hipotecária	TR	165	-	-	-	165	1.842	5.889
Letra imobiliária	IGP-M	-	-	-	9.401	9.401	9.011	8.911
Letra imobiliária	CDI	9.766.338	11.112.734	23.681.405	60.549.484	105.109.961	86.641.772	66.528.396
Letra financeira	CDI	2.462.743	3.496.118	11.367.462	23.626.130	40.952.453	37.075.325	31.935.765
Letra financeira	IPCA	-	-	-	902.242	902.242	800.129	698.399
Letra de crédito do agronegócio	CDI	201.507	386.475	285.339	1.151.840	2.025.161	1.807.449	2.348.265
<b>Total</b>		<b>12.430.753</b>	<b>14.995.327</b>	<b>35.334.206</b>	<b>86.868.651</b>	<b>149.628.937</b>	<b>126.971.227</b>	<b>102.121.778</b>
Passivo circulante						62.760.287	45.743.859	43.202.167
Passivo não circulante						86.868.650	81.227.368	58.919.611

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Despesas com recursos de letras**

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Letras imobiliárias	(2.742.417)	(5.087.176)	(1.399.256)	(2.572.284)
Letras hipotecárias	(30.732)	(59.714)	(16.321)	(46.968)
Letras financeiras	(1.338.451)	(2.498.136)	(813.726)	(1.469.478)
Letras de crédito do agronegócio	(57.139)	(103.851)	(57.636)	(116.056)
<b>Total</b>	<b>(4.168.739)</b>	<b>(7.748.877)</b>	<b>(2.286.939)</b>	<b>(4.204.786)</b>

**(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior**

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Até 31/12/2014 foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores e 1 subordinada (Nota 18 (d1)), cujas características são apresentadas a seguir:

Título	Moeda	Valor emitido	Remuner. a.a.	Data Captação	Vencim.	30/06/2015 (1)	31/12/2014 (1)	30/06/2014 (1)
1ª série	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	3.118.305	2.519.469	2.195.882
2ª série	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.560.570	1.259.734	1.099.669
3ª série	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	3.917.126	3.424.702	2.759.542
4ª série	US\$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	4.058.803	3.573.945	2.861.296
<b>Total</b>						<b>12.654.804</b>	<b>10.777.850</b>	<b>8.916.389</b>

(1) Valores em milhares de R\$.

**(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior**

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Marcação a mercado de TVM no exterior	(101.311)	91.291	(49.964)	(136.294)
Juros e deságio com TVM no exterior	(27.792)	(54.218)	-	-
Administrativas e tributárias	(129.565)	(315.616)	(83.686)	(153.994)
<b>Total</b>	<b>(258.668)</b>	<b>(278.543)</b>	<b>(133.650)</b>	<b>(290.288)</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
<b>Repases no país</b>	<b>190.733.182</b>	<b>177.431.598</b>	<b>174.117.365</b>
FGTS	156.491.749	145.033.444	144.834.457
BNDES	31.367.136	29.705.446	27.177.956
Tesouro Nacional – PIS	710.376	780.580	719.689
Outras instituições	2.163.921	1.912.128	1.385.263
<b>Empréstimos no exterior</b>	<b>9.697.669</b>	<b>5.450.039</b>	<b>3.476.597</b>
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	3.505.252	2.020.285	1.069.064
Demais linhas de crédito	6.192.417	3.429.754	2.407.533
<b>Total de obrigações por empréstimos e repasses</b>	<b>200.430.851</b>	<b>182.881.637</b>	<b>177.593.962</b>
Passivo circulante	8.334.616	7.009.426	3.843.882
Passivo não circulante	192.096.235	175.872.211	173.750.080

## (a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

## (b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente por empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 2,4050% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2017. Os demais recursos tomados no exterior referem-se a captação de linhas de crédito, sujeitos a taxa de juros de até 1,6243% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2016.

## (c) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
FGTS	(2.922.086)	(5.554.626)	(2.255.472)	(4.502.801)
BNDES	(449.060)	(880.942)	(456.470)	(800.653)
Tesouro Nacional – PIS	(12.681)	(25.356)	(12.148)	(22.955)
Empréstimos no exterior	(197.822)	(699.987)	(22.190)	(69.013)
Fundo Marinha Mercante	(119.142)	(380.895)	(7.037)	(27.829)
Outras instituições	(15.223)	(33.284)	(12.159)	(27.035)
<b>Total</b>	<b>(3.716.014)</b>	<b>(7.575.090)</b>	<b>(2.765.476)</b>	<b>(5.450.286)</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 18 – Outras obrigações

## (a) Composição

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.480.557	342.884	1.148.924
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	264.984	342.662	91.940
Sociais e estatutárias	1.652.623	1.874.197	1.087.191
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.366.459	2.188.492	2.056.805
Negociação e intermediação de valores	117.016	70.597	6.790
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	9.554.544	10.107.859	8.455.446
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	988.282	1.900.636	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	20.555.334	20.177.205	40.777.493
Diversas (Nota 18 (e))	51.947.205	51.219.349	43.227.627
<b>Total</b>	<b>88.927.004</b>	<b>88.223.881</b>	<b>96.852.216</b>
Passivo circulante	52.937.862	58.929.801	56.770.869
Passivo não circulante	35.989.142	29.294.080	40.081.347

## (b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Tributos sobre salários a recolher	407.846	420.826	378.243
Tributos sobre serviços a recolher	280.620	244.495	263.522
Tributos sobre lucros a recolher	403.448	280.632	299.623
Imposto de renda	27.291	98.780	65.681
Contribuição social	9.811	43.032	32.923
COFINS	330.866	119.216	172.985
PASEP	35.480	19.604	28.034
Tributos diferidos	1.119.101	1.078.575	935.572
Reavaliação – edificações	136.665	144.104	149.808
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	438.388	273.846	301.405
Contratos futuros	521.445	627.790	244.905
Benefícios pós-emprego	-	-	116.805
Tarifas a receber da União	22.603	32.835	40.711
Outros	-	-	81.938
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	155.444	163.964	179.845
<b>Total</b>	<b>2.366.459</b>	<b>2.188.492</b>	<b>2.056.805</b>
Passivo circulante	2.229.793	2.044.388	1.906.997
Passivo não circulante	136.666	144.104	149.808

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Recursos para destinação específica**

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Fundos e programas sociais	7.638.044	8.074.813	7.064.038
FGTS	3.641.168	4.100.400	3.289.287
Minha Casa Minha Vida	3.456.762	2.876.925	2.685.359
Programa de subsídio à habitação (PSH)	291.534	281.990	274.302
Programas de transferência de renda	140.929	140.812	172.568
Outros fundos e programas	107.651	674.686	642.522
Fundos financeiros e de desenvolvimento	1.025.140	549.281	634.644
PIS	842.089	497.803	633.233
FAT	181.624	50.060	-
FINSOCIAL	1.427	1.418	1.411
Operações com loterias	891.360	1.483.765	756.764
<b>Total</b>	<b>9.554.544</b>	<b>10.107.859</b>	<b>8.455.446</b>

**(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital****(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II**

A CAIXA possui 18 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 05 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência - PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

**Instrumento de Dívida Subordinada – IDS**

A CAIXA possui 05 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/13, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012 e 2014.

O Conselho Curador do FGTS aprovou, através da Resolução CCFGTS nº 748/14 de 5 de junho de 2014, proposta de contratação de instrumentos de dívida subordinada entre a CAIXA e o FGTS no valor de até R\$ 10.000.000 (dez bilhões de reais), em tranches de acordo com a expectativa de contratação de novas operações com recursos do FGTS.

Em 2014 a CAIXA e o FGTS assinaram 02 contratos referentes à primeira e segunda tranches, no valor total de R\$ 7.000.000 (sete bilhões de reais).

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Letras Financeiras Subordinadas – LFS

Ao longo do primeiro semestre de 2015, a CAIXA captou R\$ 6.000 em um total de 05 Letras Financeiras Subordinadas no mercado local. A CAIXA possui 12 LFS no valor de face total de R\$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

### Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou com sucesso US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro, e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de “absorção de perdas” com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco.

Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

Vencim.	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amort.	Saldo devedor 30/06/2015	Saldo devedor 31/12/2014	Saldo devedor 30/06/2014
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS								
fev/2020	6,30%	out/05	3.439.717	2.540.824	(1.976.561)	4.003.980	4.404.309	4.806.384
abr/2026	6,00%	ago/11	3.000.000	842.073	-	3.842.073	3.708.587	3.583.539
jul/2032	5,08%	jun/12	3.000.000	542.304	-	3.542.304	3.434.019	3.332.681
dez/2033	5,15%	out/14	3.000.000	134.178	-	3.134.178	3.007.518	-
fev/2038	4,80%	dez/14	4.000.000	130.529	-	4.130.529	4.000.000	-
Letra Financeira elegível – Nível II								
jun/2020	110%CDI	jun/14	10.000	1.398	-	11.398	10.699	10.081
jul/2019	110%CDI	jul/14	17.400	2.255	-	19.655	18.451	-
dez/2021	110%CDI	dez/14	1.500	112	-	1.612	1.513	-
jun/2024	100%IPCA	jun/14	200.000	34.111	-	234.111	213.388	201.786
fev/2025	100% IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	81	-	1.281	-	-
fev/2025	100% IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	77	-	1.277	-	-
fev/2025	100% IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	171	-	2.571	-	-
mar/2025	100% IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	75	-	1.275	-	-
TVM no exterior elegível – Nível II								
jul/2024	7,25%	jul/14	1.106.450	522.640	-	1.629.090	1.378.721	-
<b>Total</b>			<b>17.781.067</b>	<b>4.750.828</b>	<b>(1.976.561)</b>	<b>20.555.334</b>	<b>20.177.205</b>	<b>11.934.471</b>

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), menu “Sobre a Caixa”.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida**

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida - IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como IHCD. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular nº 348 celebrado entre a União e a CAIXA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, em outubro de 2009 a CAIXA firmou o contrato IHCD nº 504, com a liberação dos valores em duas tranches: R\$ 2.000.400 em outubro de 2009 e R\$ 3.999.600 em janeiro de 2010.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como capital. Nesse sentido a CAIXA assinou os contratos IHCD nº 752 e nº 754 em setembro de 2012 nos valores de R\$ 6.800.000 e R\$ 6.200.000, respectivamente.

Os IHCD nº 348, 504, 752 e 754 foram contratados durante a vigência da Resolução CMN nº. 3.444/07, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência, observados os limitadores existentes à época.

Em observação às Medidas Provisórias 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R\$ 8.000.000 (Contratos nº 868 de R\$ 3.000.000 e nº 869 de R\$ 5.000.000). Em agosto de 2013, o BACEN considerou estes contratos elegíveis ao Nível I – Capital Principal do Patrimônio de Referência.

Haja vista a implementação das regras de Basileia III a partir de outubro de 2013, a CAIXA assinou em novembro de 2013 aditivos aos contratos nº 348, 504, 752 e 754 para adequação à Resolução CMN nº 4.192/13, sendo realizada nova solicitação ao Banco Central do Brasil – BACEN para elegibilidade da dívida como Nível I – Capital Principal.

Enquanto aguardava-se a autorização do BACEN para a classificação destes instrumentos híbridos como Nível I – Capital Principal, a partir de outubro de 2013 os contratos passaram a ser considerados como Nível I – Capital Complementar e tiveram o percentual de 10% a.a. aplicados como redutor, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.192/13.

Em julho de 2014, o BACEN considerou os contratos nº 348, 504, 752 e 754 elegíveis ao Nível I – Capital Principal do PR da CAIXA. Assim, o valor integral dos contratos passou a constar no Capital Principal da instituição e o redutor de 10% a.a. aplicado até junho de 2014 deixou de ser considerado.

A Resolução CMN nº 4.192/13 determina, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal. Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital:

Discriminação	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
IHCD - elegíveis a capital principal (1)	-	-	28.744.579
Contrato 348	-	-	7.672.071
Contrato 504	-	-	7.800.581
Contrato 752	-	-	6.883.676
Contrato 754	-	-	6.388.251
Contratos 868 e 869	-	-	-
IHCD - não elegíveis a capital principal (2)	988.282	1.900.636	98.443
<b>Total</b>	<b>988.282</b>	<b>1.900.636</b>	<b>28.843.022</b>

- (1) Os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal são classificados dentro do Patrimônio Líquido nas Demonstrações Contábeis Consolidadas - Nota 19 (a).  
 (2) Composto por Juros Remuneratórios a pagar e Atualização Monetária não incorporada.

**(e) Diversas**

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Passivos atuariais - benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	16.397.054	11.665.078	7.636.950
Saúde Caixa	12.097.849	9.346.949	6.646.187
Auxílio e cesta alimentação	1.055.997	861.147	757.123
Planos de benefícios - previdência privada	3.243.208	1.456.982	233.640
Provisões para pagamentos a efetuar	4.597.054	4.099.103	4.321.245
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	13.814.308	15.289.661	13.491.032
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	3.314.772	2.836.810	3.211.582
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	2.638.349	2.575.029	2.675.840
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	-	-	1.995
Financiamentos imobiliários a liberar	4.657.126	7.926.702	6.939.189
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	1.263	60.531	169.755
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	5.000.297	5.496.219	4.016.575
Obrigações por convênios	618.988	622.597	247.714
Obrigações por contribuições ao SFH	70.228	67.681	71.200
Recursos do FGTS para amortizações	587.388	450.660	381.629
Valores a pagar a sociedades ligadas	236.471	129.189	62.778
Credores diversos exterior	13.907	89	143
<b>Total</b>	<b>51.947.205</b>	<b>51.219.349</b>	<b>43.227.627</b>

- (1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.  
 (2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3533/2008

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(f) Credores diversos – País**

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Cartões de crédito	6.658.538	7.328.476	6.305.828
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	34.168	59.256	60.880
Fornecedores	894.817	885.967	992.934
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	505.490	536.121	529.140
Crédito comercial – repasses	125.165	153.984	110.470
Crédito imobiliário – repasses	688.240	961.460	752.921
Obrigações com a União – repasses	43.518	41.607	39.806
Outros credores – poupança simplificada	500.178	500.195	499.799
Contas a pagar	206.678	158.468	1.124.012
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	57.068	54.695	47.467
Valores a restituir – penhor	96.279	144.601	143.315
Valores a apropriar (2)	3.731.644	4.152.811	2.521.193
Outros credores diversos	272.525	312.020	363.267
<b>Total</b>	<b>13.814.308</b>	<b>15.289.661</b>	<b>13.491.032</b>

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Passivos classificados em contas transitórias, principalmente, arrecadações de empréstimos comerciais e financiamentos habitacionais.

**Nota 19 – Patrimônio líquido****(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013, aprovou o Estatuto da CAIXA. Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

**(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal**

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (*going-concern*).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações financeiras. Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Em observação às Medidas Provisórias 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R\$ 8.000.000 (Contrato nº 868 de R\$ 3.000.000 e nº 869 de R\$ 5.000.000).

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Assim, os R\$ 8.000.000 contratados em junho de 2013, aderentes aos requisitos elencados na Resolução CMN nº. 4.192/13 para integrar o Capital Principal foram autorizados em agosto de 2013 pelo Banco Central do Brasil a compor integralmente o Nível I – Capital Principal do PR, onde passaram a compor também o PL da CAIXA para fins de evidenciação.

Em julho de 2014, o BACEN considerou os IHCDs nº 348, 504, 752 e 754 elegíveis à Nível I – Capital Principal, data onde passam a compor também o PL da CAIXA para fins de evidenciação.

Tais contratos foram aditados com cláusulas semelhantes aos contratos nº 868 e 869 e eram mantidos como Capital Complementar enquanto aguardavam autorização do BACEN para reclassificação ao Capital Principal.

Dessa forma, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação. A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos.

Discriminação	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Contrato 348	7.411.895	7.303.701	-
Contrato 504	7.564.073	7.453.659	-
Contrato 752	6.800.000	6.800.000	-
Contrato 754	6.310.598	6.310.598	-
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000	8.000.000
<b>Total</b>	<b>36.086.566</b>	<b>35.867.958</b>	<b>8.000.000</b>

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à Atualização Monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

**(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)**

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 13,99% (Nota 33), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

**(d) Reservas de reavaliação e de lucros**

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Reservas de reavaliação	400.031	408.392	388.622
Reservas de lucros	6.221.877	6.873.097	3.884.084
Reserva legal	2.465.156	2.325.326	2.174.969
Reserva estatutária – loterias	2.411.955	2.159.653	1.709.115
Reservas margem operacional	1.344.766	2.388.118	-

**(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R\$ 816.147(30/06/2014 – 654.268) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 326.459 até 30/06/2015 (R\$ 261.707 até 30/06/2014).

Em 2015, foi repassado à União o montante de R\$ R\$ 1.072.774 (R\$ 29.421 correspondente à atualização monetária) a título de dividendos complementares do exercício de 2014.

**Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)****(a) Créditos tributários**

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;
- créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%;
- créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%; e
- créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo, atualizados para 30/06/2015 estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL				
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2015	133.318	12.036	13.569.028	13.714.382
2016	65.550	-	5.901.323	5.966.873
2017	186.216	-	1.083.642	1.269.858
2018	305.526	-	667.334	972.860
2019	461.776	-	615.056	1.076.832
2020	221.324	-	622.624	843.948
2021 a 2024	-	-	5.252.145	5.252.145
<b>Total</b>	<b>1.373.710</b>	<b>12.036</b>	<b>27.711.152</b>	<b>29.096.898</b>
Valor Presente	1.020.773	10.902	21.998.455	23.030.130

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Créditos Tributários									
Descrição	30/06/2015			31/12/2014			30/06/2014		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Diferenças temporárias:</b>	<b>15.522.633</b>	<b>9.117.474</b>	<b>24.640.107</b>	<b>13.255.468</b>	<b>7.757.179</b>	<b>21.012.647</b>	<b>11.822.822</b>	<b>6.890.064</b>	<b>18.712.886</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.741.450	5.680.718	15.422.168	8.686.523	5.078.505	13.765.028	7.791.631	4.510.827	12.302.458
Passivos atuariais	2.011.395	1.206.837	3.218.232	1.420.024	852.015	2.272.039	1.210.641	726.385	1.937.026
Provisões trabalhistas	828.693	497.216	1.325.909	709.202	425.521	1.134.723	802.896	481.737	1.284.633
Provisões cíveis	721.844	433.106	1.154.950	703.304	421.982	1.125.286	725.891	435.535	1.161.426
Despesas de captação não Incorridas - IHCD	247.070	148.242	395.312	-	-	-	243.766	146.260	390.026
Provisão para perdas - FCVS a receber	491.372	294.823	786.195	481.141	288.685	769.826	-	-	-
Ajuste a vr de mercado de títulos p/ negociação	468.916	281.350	750.266	409.154	245.493	654.647	28.044	128.026	156.070
Provisão p/ desvalorização de bens não de uso	9.132	5.479	14.611	8.106	4.864	12.970	7.593	4.556	12.149
Provisões fiscais	29.309	17.586	46.895	31.130	18.678	49.808	32.592	19.555	52.147
Outros	973.452	552.117	1.525.569	806.884	421.436	1.228.320	979.768	437.183	1.416.951
<b>Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:</b>	<b>1.373.710</b>	<b>12.036</b>	<b>1.385.746</b>	<b>1.556.090</b>	<b>123.941</b>	<b>1.680.031</b>	<b>1.563.523</b>	<b>127.607</b>	<b>1.691.130</b>
Prejuízo fiscal a realizar	1.373.710	-	1.373.710	1.556.090	-	1.556.090	1.563.523	-	1.563.523
Crédito de CSLL a 18% a realizar	-	12.036	12.036	-	123.941	123.941	-	127.607	127.607
<b>Total dos créditos com impacto no resultado</b>	<b>16.896.343</b>	<b>9.129.510</b>	<b>26.025.853</b>	<b>14.811.558</b>	<b>7.881.120</b>	<b>22.692.678</b>	<b>13.386.345</b>	<b>7.017.671</b>	<b>20.404.016</b>
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	-	-	603.445	362.067	965.512	317.891	190.734	508.625
Perdas atuariais CPC 33	1.835.326	1.101.195	2.936.521	836.243	501.747	1.337.990	-	-	-
<b>Total dos créditos com impacto no patrimônio líquido</b>	<b>1.835.326</b>	<b>1.101.195</b>	<b>2.936.521</b>	<b>1.439.688</b>	<b>863.814</b>	<b>2.303.502</b>	<b>317.891</b>	<b>190.734</b>	<b>508.625</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>18.731.669</b>	<b>10.230.705</b>	<b>28.962.374</b>	<b>16.251.246</b>	<b>8.744.934</b>	<b>24.996.180</b>	<b>13.704.236</b>	<b>7.208.405</b>	<b>20.912.641</b>
<b>Total dos créditos não constituídos</b>	<b>571.578</b>	<b>368.201</b>	<b>939.779</b>	<b>995.283</b>	<b>590.955</b>	<b>1.586.238</b>	<b>1.679.121</b>	<b>993.808</b>	<b>2.672.929</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Créditos Tributários									
Descrição	30/06/2015			31/12/2014			30/06/2014		
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total
<b>Total dos créditos com impacto no resultado</b>	<b>18.805</b>	<b>115.719</b>	<b>134.524</b>	<b>10.584</b>	<b>65.131</b>	<b>75.715</b>	<b>11.392</b>	<b>70.101</b>	<b>81.493</b>
Ajuste a mercado	12.381	76.188	88.569	10.584	65.131	75.715	11.392	70.101	81.493
Despesas de captação não incorridas - IHCD	6.424	39.531	45.955	-	-	-	-	-	-
<b>Total dos créditos com impacto no patrimônio líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.455</b>	<b>101.260</b>	<b>117.715</b>	<b>8.668</b>	<b>53.344</b>	<b>62.012</b>
Ajuste a valor de mercado títulos disponíveis para venda	-	-	-	16.455	101.260	117.715	8.668	53.344	62.012
<b>Total</b>	<b>18.805</b>	<b>115.719</b>	<b>134.524</b>	<b>27.039</b>	<b>166.391</b>	<b>193.430</b>	<b>20.060</b>	<b>123.445</b>	<b>143.505</b>

**(b) Movimentação do crédito tributário**

Movimentação do Crédito Tributário			
Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>26.775.848</b>	<b>(1.586.238)</b>	<b>25.189.610</b>
Constituição de diferenças temporárias no período	3.627.461	-	3.627.461
Reversão de provisão	(646.459)	646.459	-
Constituição PASEP/COFINS	58.809	-	58.809
Constituição sobre títulos disponíveis para venda	(1.083.226)	-	(1.083.226)
Const. créd. tributário perda atuarial CPC 33	1.598.530	-	1.598.530
Realização do crédito tributário IRPJ	(182.380)	-	(182.380)
Baixa de crédito tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(111.906)	-	(111.906)
<b>Saldo em 30/06/2015</b>	<b>30.036.677</b>	<b>(939.779)</b>	<b>29.096.898</b>
<b>Saldo em 30/06/2014</b>	<b>23.729.075</b>	<b>(2.672.929)</b>	<b>21.056.146</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

Descrição	2015				2014			
	2º trimestre		1º semestre		2º trimestre		1º semestre	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>	<b>500.275</b>	<b>500.275</b>	<b>1.183.509</b>	<b>1.183.509</b>	<b>1.514.102</b>	<b>1.514.102</b>	<b>3.456.214</b>	<b>3.456.214</b>
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(125.068)	(75.041)	(295.871)	(177.526)	(378.520)	(227.115)	(864.042)	(518.432)
Efeitos tributários adições e exclusões	(195.460)	(125.355)	(688.320)	(413.377)	(173.710)	(104.230)	(249.543)	(149.781)
Juros sobre o capital próprio	11.093	6.655	204.037	122.422	101.077	(69.574)	188.178	112.906
Participação dos empregados nos lucros	61.076	36.646	108.743	65.246	27.356	(106.726)	87.949	52.770
Ativo fiscal diferido – realização de PF e BN	38.083	25.274	166.867	103.418	138.214	93.621	274.068	275.300
Incentivo fiscal	9.364	-	26.588	-	16.619	-	33.755	-
Reserva de reavaliação	1.712	1027	3.080	1.848	2.628	(892)	4.013	2.408
Participação em coligadas e controladas	45.376	27.226	92.626	55.576	33.700	18.954	74.662	43.531
Outros	51.583	42.223	(15.388)	3.810	(44.607)	229.616	(96.914)	(147.426)
<b>Despesa corrente</b>	<b>(102.241)</b>	<b>(61.345)</b>	<b>(397.638)</b>	<b>(238.583)</b>	<b>(277.243)</b>	<b>(166.346)</b>	<b>(547.874)</b>	<b>(328.724)</b>
Ajuste reprocessamento	-	-	(34.513)	(22.538)	-	-	-	-
<b>Total despesa corrente</b>	<b>(102.241)</b>	<b>(61.345)</b>	<b>(432.151)</b>	<b>(261.121)</b>	<b>(277.243)</b>	<b>(166.346)</b>	<b>(547.874)</b>	<b>(328.724)</b>
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>1.091.979</b>	<b>652.763</b>	<b>2.084.783</b>	<b>1.248.390</b>	<b>412.471</b>	<b>195.295</b>	<b>494.449</b>	<b>187.397</b>
Diferenças temporárias	1.130.062	678.037	2.267.163	1.360.296	550.685	331.998	768.517	462.696
Prejuízo fiscal / base negativa de CSLL	(38.083)	-	(166.867)	-	(138.214)	(76.819)	(274.068)	(158.346)
Realização de PF - ajuste de reprocessamento	-	-	(15.513)	-	-	-	-	-
CSLL a 18%	-	(25.274)	-	(103.418)	-	(59.884)	-	(116.953)
Realização de BN a 18% - ajuste de reprocessamento	-	-	-	(8.488)	-	-	-	-
<b>Passivo fiscal diferido</b>	<b>61.149</b>	<b>36.689</b>	<b>59.242</b>	<b>35.545</b>	<b>193.961</b>	<b>116.376</b>	<b>299.877</b>	<b>179.925</b>
Despesa diferida/marcação a mercado	61.149	36.689	59.242	35.545	193.961	116.376	299.877	179.925
<b>Imposto de renda e contribuição social do período</b>	<b>1.050.887</b>	<b>628.107</b>	<b>1.711.874</b>	<b>1.022.814</b>	<b>329.189</b>	<b>145.325</b>	<b>246.452</b>	<b>38.598</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Resultado de operação de crédito	21.174.095	40.759.197	15.949.635	30.429.462
Operações compromissadas	3.423.795	7.783.884	2.308.524	4.704.923
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.573.541	4.810.536	2.838.403	4.637.039
Ativos financeiros disponíveis para venda	434.902	777.987	521.168	809.230
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.741.585	3.621.581	1.385.718	2.859.460
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(371.461)	2.018.629	(849.949)	(892.471)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	2.139.079	4.109.439	1.780.500	3.431.948
Créditos vinculados ao SFH	568.081	1.031.273	421.894	810.735
Resultado de operações de câmbio	215.719	-	150.038	299.977
Outras	228.484	421.516	410.824	609.544
<b>Total</b>	<b>32.127.820</b>	<b>65.334.042</b>	<b>24.916.755</b>	<b>47.699.847</b>

## Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Operações com clientes	(12.261.253)	(23.264.890)	(8.402.763)	(16.205.202)
Operações com instituições financeiras	(65.920)	(132.368)	(65.994)	(108.879)
Operações compromissadas	(4.845.673)	(10.308.662)	(3.726.880)	(7.329.665)
Empréstimos, cessões e repasses	(3.716.014)	(7.575.090)	(2.765.476)	(5.450.286)
Resultado com câmbio	-	(1.957.628)	-	-
Depósitos especiais e fundos e programas	(331.075)	(646.988)	(269.400)	(521.255)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(4.555.473)	(9.582.927)	(3.951.453)	(6.429.669)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.370.809)	(1.517.406)	(88.824)	(181.208)
<b>Total</b>	<b>(27.146.217)</b>	<b>(54.985.959)</b>	<b>(19.270.790)</b>	<b>(36.226.164)</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

## a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	1.631.529	3.193.974	1.443.424	2.802.659
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	1.085.410	2.143.666	964.411	1.903.467
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	32.397	63.949	29.636	57.338
Programa de Integração Social (PIS)	12.159	22.410	11.577	22.243
Loterias Federais	326.779	594.386	287.447	568.964
Financiamento Estudantil - (FIES)	95.497	208.792	67.964	127.950
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	16.548	33.599	18.948	38.504
Repasses Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	48.325	96.082	46.868	51.521
Seguro-desemprego	13.704	29.662	15.900	31.477
Outros	710	1.428	673	1.195
Rendas de cartões	382.869	762.740	382.524	731.030
Operações de crédito e garantias prestadas	485.552	980.594	455.052	839.964
Cobrança	171.293	334.615	157.500	312.785
Arrecadações	592.937	1.184.867	585.979	1.149.147
Fundos de investimentos e carteiras administradas	358.874	704.669	357.962	699.509
Conta corrente	64.209	128.419	30.714	54.616
Programa de Transferência de Renda	85.035	170.045	91.850	183.021
Prestados a ligadas	160.539	309.119	136.378	286.113
Outros serviços	83.717	179.549	80.299	164.456
<b>Total</b>	<b>4.016.554</b>	<b>7.948.591</b>	<b>3.721.682</b>	<b>7.223.300</b>

## b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Rendas de cartões	152.545	306.404	113.744	213.265
Operações de crédito e cadastro	263.364	503.772	219.856	415.493
Pacote de serviços	449.028	852.042	332.954	669.294
Contas de depósito	105.195	209.564	83.080	164.629
Transferência de recursos	49.810	97.602	38.696	75.185
Outras	6.039	10.671	4.099	7.133
<b>Total</b>	<b>1.025.981</b>	<b>1.980.055</b>	<b>792.429</b>	<b>1.544.999</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Proventos	(2.951.080)	(6.102.425)	(2.625.270)	(5.315.246)
Salários e proventos	(2.672.599)	(5.597.329)	(2.453.110)	(4.993.893)
Indenizações trabalhistas	(278.481)	(505.096)	(172.160)	(321.353)
Benefícios	(601.594)	(1.194.645)	(541.559)	(1.058.862)
Encargos sociais:	(1.086.021)	(2.247.487)	(1.032.982)	(2.065.788)
FGTS	(205.662)	(419.242)	(189.855)	(382.745)
Previdência social	(637.096)	(1.297.260)	(589.716)	(1.180.548)
Previdência complementar	(181.198)	(404.906)	(196.880)	(389.022)
Outros encargos	(62.065)	(126.079)	(56.531)	(113.473)
Outros	(42.495)	(80.084)	(46.063)	(90.711)
<b>Total</b>	<b>(4.681.190)</b>	<b>(9.624.641)</b>	<b>(4.245.874)</b>	<b>(8.530.607)</b>

## Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Comunicações	(183.792)	(314.697)	(176.508)	(329.930)
Manutenção e conservação de bens	(233.741)	(439.741)	(212.653)	(440.263)
Água e energia	(117.116)	(223.484)	(88.397)	(163.630)
Aluguéis e arrendamento de bens	(361.176)	(732.787)	(330.183)	(651.119)
Despesas de material	(46.508)	(104.058)	(48.969)	(103.252)
Processamento de dados	(373.176)	(697.630)	(292.481)	(573.846)
Promoções e relações públicas	(92.722)	(182.386)	(103.426)	(167.258)
Propaganda e publicidade	(78.875)	(141.386)	(135.561)	(231.771)
Serviços do sistema financeiro	(128.687)	(248.864)	(100.445)	(201.427)
Serviços de terceiros	(412.378)	(832.237)	(383.307)	(782.464)
Serviços especializados	(171.757)	(332.319)	(158.328)	(319.041)
Serviços de vigilância e segurança	(192.076)	(390.529)	(227.279)	(446.298)
Amortização	(183.584)	(333.653)	(170.095)	(324.203)
Depreciação	(240.098)	(469.098)	(208.104)	(398.023)
Outras administrativas	(95.903)	(187.590)	(88.139)	(175.618)
<b>Total</b>	<b>(2.911.589)</b>	<b>(5.630.459)</b>	<b>(2.723.875)</b>	<b>(5.308.143)</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Comissões e taxas s/ operações (1)	814.625	965.328	123.714	608.489
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	978.936	1.868.092	936.287	1.759.488
Recuperação de despesas	349.741	667.031	303.747	597.380
Reversão de outras provisões operacionais	448.716	934.671	434.745	948.135
Receitas de dividendos	17.710	36.301	6.575	17.647
Atualização de depósitos em garantia	208.178	407.298	164.126	329.039
Rendas de créditos específicos	21.104	39.732	15.913	30.994
Receita de deságio na aquisição de royalties	2.198	3.045	30.589	76.181
Recuperação de despesas – PASEP/COFINS (2)	15.010	109.137	233.015	233.015
Atualização monetária sobre operações diversas (3)	834	123.548	279	501
Outras receitas operacionais	157.145	335.132	200.940	369.077
<b>Total</b>	<b>3.014.197</b>	<b>5.489.315</b>	<b>2.449.930</b>	<b>4.969.946</b>

(1) Variação apresentada no exercício de 2014 refere-se essencialmente à repactuação de contrato da CAIXA com a EMGEA;

(2) Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014;

(3) Variação apresentada em 2015 refere-se essencialmente à atualização monetária de valores a receber pela prestação de serviços ao OGU.

## Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
FCVS a receber - provisão/perdas	(57.583)	(107.493)	(96.512)	(192.804)
Obrigações com fundos e programas	(303.042)	(547.455)	(119.091)	(259.349)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	74.415	(122.712)	(429.075)	(904.014)
Despesas com cartão	(330.765)	(669.165)	(296.817)	(556.094)
Despesas com loterias	(56.650)	(112.898)	(54.731)	(99.287)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(565.080)	(1.147.926)	(534.961)	(1.022.496)
FGTS - arrecadação/pagamento	(125.028)	(253.049)	(124.371)	(246.505)
Serviços automatizados	(84.708)	(160.302)	(71.609)	(134.404)
Alavancagem de negócios	(130.040)	(247.307)	(96.044)	(174.802)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	-	-	(79.085)	(156.820)
Operações de financiamentos imobiliários	(160.164)	(329.211)	(174.526)	(325.618)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(99.782)	(182.533)	(53.865)	(128.180)
Descontos de operações de crédito	(328.998)	(460.083)	(84.635)	(140.382)
Desp. com operações de fomento - atualização monetária	(218.442)	(225.158)	(23.233)	(87.725)
Despesas com títulos emitidos no exterior	(258.668)	(278.543)	(133.650)	(290.288)
Desp. provisões operacionais	(307.887)	(537.785)	(171.075)	(270.889)
Provisão para causas judiciais	(344.019)	(837.072)	(290.357)	(485.306)
Condenações judiciais	(23.366)	(31.528)	(72.374)	(103.148)
Benefícios sociais	(37.142)	(66.984)	(8.006)	(24.952)
Benefício pós-emprego	(369.318)	(738.636)	(209.648)	(419.296)
Perda no valor recuperável de títulos e créditos a receber	(108.257)	(108.257)	-	-
Outras	(222.054)	(510.624)	(218.340)	(443.455)
<b>Total</b>	<b>(4.056.578)</b>	<b>(7.674.721)</b>	<b>(3.342.005)</b>	<b>(6.465.814)</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
<b>Receitas não operacionais</b>	<b>75.443</b>	<b>122.946</b>	<b>47.372</b>	<b>105.161</b>
Lucro na alienação de valores e bens	22.879	36.359	22.111	43.235
Alienação de bens imóveis	5.688	13.590	2.785	13.547
Sobras de caixa não reclamadas	13.645	26.042	13.370	24.821
Multas e penalidades	4.770	11.052	6.874	18.574
Ganhos de capital c/ajuste de valores pendentes	22.869	22.997	42	44
Outras rendas não operacionais	5.592	12.906	2.190	4.940
<b>Despesas não operacionais</b>	<b>(205.810)</b>	<b>(375.650)</b>	<b>(265.540)</b>	<b>(391.051)</b>
Desvalorização de outros valores e bens	(5.765)	(13.364)	(1.721)	(9.392)
Indenizações por perdas e danos	(69.014)	(111.165)	(66.390)	(109.081)
Perdas em imóveis	(18.343)	(29.825)	(15.296)	(23.774)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(53.253)	(108.059)	(55.585)	(99.321)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(7.555)	(15.414)	(4.128)	(9.883)
Perdas em cartões de crédito	(24.288)	(51.767)	(20.543)	(33.028)
Perdas em investimentos permanentes avaliados pelo custo	(17.390)	(29.989)	(97.111)	(97.117)
Outras despesas não operacionais	(10.202)	(16.067)	(4.766)	(9.455)
<b>Total</b>	<b>(130.367)</b>	<b>(252.704)</b>	<b>(218.168)</b>	<b>(285.890)</b>

## Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Contribuição COFINS	(616.856)	(1.136.441)	(488.241)	(998.289)
PIS/PASEP	(100.517)	(185.028)	(79.340)	(162.225)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(168.709)	(311.672)	(117.697)	(233.792)
Despesas com IPTU	(10.250)	(56.587)	(7.367)	(53.195)
Outras	(7.769)	(20.930)	(2.135)	(3.979)
<b>Total</b>	<b>(904.101)</b>	<b>(1.710.658)</b>	<b>(694.780)</b>	<b>(1.451.480)</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias****Ativos contingentes**

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

**Provisões e passivos contingentes**

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as provisões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

**(a) Risco Provável:**

Descrição	31/12/2014	1º semestre de 2015					30/06/2015	30/06/2014
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento		
Fiscais (Nota 18 (b))	163.964	7.523	4.817	14.616	(33.996)	(1.480)	155.444	179.845
INSS	19.668	4.413	843	51	(84)	-	24.891	21.501
ISS	102.480	2.121	2.296	13.979	(29.963)	(1.453)	89.460	106.339
Outros	41.816	989	1.678	586	(3.949)	(27)	41.093	52.005
Cíveis (Nota 18 (e))	2.575.029	171.643	100.347	262.604	(445.779)	(25.495)	2.638.349	2.675.840
Perdas e danos	832.693	130.925	39.846	60.868	(310.610)	(24.554)	729.168	910.612
Poupança	882.507	31.563	6.059	195.686	(113.460)	(939)	1.001.416	775.685
Loterias	15.474	49	925	51	(1.097)	(2)	15.400	14.285
Crédito imobiliário	108.033	811	6.777	-	(10.198)	-	105.423	103.826
Contingenciamento do FGTS	736.322	8.295	46.740	5.999	(10.414)	-	786.942	871.432
Trabalhistas (Nota 18 (e))	2.836.810	312.884	111.979	297.210	(222.568)	(21.543)	3.314.772	3.211.582
Outras (Nota 18 (e))	-	-	-	-	-	-	-	1.995
<b>Total</b>	<b>5.575.803</b>	<b>492.050</b>	<b>217.143</b>	<b>574.430</b>	<b>(702.343)</b>	<b>(48.518)</b>	<b>6.108.565</b>	<b>6.069.262</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i) Ações fiscais**

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade insita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 30 de junho de 2015, correspondem ao total de R\$ 1.480.811 (31/12/2014 – R\$ 1.467.472; 30/06/2014 – R\$ 1.449.624), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 24.891 (31/12/2014 – 19.668; 30/06/2014 - R\$ 21.501).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo cujo valor total, em 30 de junho de 2015, corresponde ao montante de R\$ 506.808 (31/12/2014 – 556.402; 30/06/2014 - R\$ 559.209).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se no valor da provisão ora constituída de R\$ 89.460 (31/12/2014 – 102.480; 30/06/2014 - R\$ 106.339).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologados no valor de R\$ 7.632 (31/12/2014 – 7.054; 30/06/2014 - R\$ 6.873), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

**(ii) Ações trabalhistas**

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 30 de junho de 2015 constavam 61.709 processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 58.923 “não relevantes” e 2.786 “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(iii) Ações cíveis**

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 30 de junho de 2015 constavam 317.479 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 316.353 “não relevantes” e 1.126 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 30 de junho de 2015 foi provisionado R\$ 1 bilhão para estes processos.

Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado em 30 de junho de 2015 para estes processos foi de R\$ 786 milhões.

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Visando reduzir o litígio judicial em 2014, a CAIXA realizou 19.496 acordos processuais, diminuindo, conseqüentemente, os valores que seriam integralmente despendidos se persistisse a condenação judicial, além de oportunizar ao cliente uma rápida solução para o problema enfrentado. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

**(b) Risco possível**

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Demandas fiscais	5.512.011	5.512.106	5.266.426
Demandas cíveis	1.402.959	1.318.151	1.157.096
<b>Total</b>	<b>6.914.970</b>	<b>6.830.257</b>	<b>6.423.522</b>

**(i) Ações fiscais**

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.512.011, em 30 de junho de 2015 (31/12/2014 - R\$ 5.512.106; 30/06/2014 - R\$ 5.266.426), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) O montante de R\$ 79.314 (31/12/2014 – R\$ 76.303; 30/06/2014 – 72.642), refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.545.538, em 30 de junho de 2015 (31/12/2014 – R\$ 4.491.551; 30/06/2014 - R\$ 4.429.137), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;
- c) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 202.767, em 30 de junho de 2015 (31/12/2014 – R\$ 199.801; 30/06/2014 - R\$ 196.373), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;
- d) CSLL, no valor de R\$ 150.988, em 30 de junho de 2015 (31/12/2014 – R\$ 147.465; 30/06/2014 – R\$ 143.392), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e
- e) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 224.411 (31/12/2014 – R\$ 218.672; 30/06/2014 – R\$ 203.906), em 30 de junho de 2015, sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

**(ii) Ações cíveis**

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

O montante de R\$ 1.402.959 (31/12/2014 - R\$ 1.318.151; 30/06/2014 – R\$ 1.157.000) classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

**(c) Composição dos depósitos judiciais:**

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Demandas fiscais	9.598.952	9.317.717	9.003.715
Demandas cíveis	742.739	738.601	679.155
Demandas trabalhistas	2.675.782	2.569.258	2.396.719
<b>Total</b>	<b>13.017.473</b>	<b>12.625.576</b>	<b>12.079.589</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 31 – Partes relacionadas**
**(a) Entidade Controladora**

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

**(b) Partes Relacionadas**

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	Relacionamento
Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR (1)	Controlada Direta
CAIXA Seguros Holding S.A. (2)	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Banco PAN S.A.	
Capgemini S.A.	
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

(1) Transações realizadas com essa subsidiária integral são evidenciadas, por meio das eliminações, quando da elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, tendo em vista tratar-se da única entidade objeto de consolidação integral.

(2) Constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros é composta pelas entidades CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A..

**(c) Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros.

Com a Capgemini, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio.

A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	30/06/2015			31/12/2014			30/06/2014		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
<b>ATIVO:</b>	<b>5.573.519</b>	<b>18.576.086</b>	-	<b>4.769.619</b>	<b>16.127.456</b>	-	<b>4.158.004</b>	<b>14.021.944</b>	-
<b>Aplicações em dep. interfinanceiros:</b>	-	<b>5.663.446</b>	-	-	<b>5.854.505</b>	-	-	<b>5.473.848</b>	-
Banco PAN	-	5.663.446	-	-	5.854.505	-	-	5.473.848	-
<b>Rendas a receber:</b>	<b>3.845.890</b>	<b>5.636</b>	-	<b>3.115.340</b>	<b>28.108</b>	-	<b>2.570.710</b>	<b>478</b>	-
Caixa Seguros Holding S.A.	-	5.636	-	-	28.108	-	-	478	-
STN – Tesouro nacional	3.845.890	-	-	3.115.340	-	-	2.570.710	-	-
<b>Operações de Crédito:</b>	<b>935.712</b>	-	-	<b>902.094</b>	-	-	<b>870.559</b>	-	-
STN – Tesouro nacional	935.712	-	-	902.094	-	-	870.559	-	-
<b>Créditos adquiridos:</b>	-	<b>12.907.004</b>	-	-	<b>10.244.843</b>	-	-	<b>8.547.618</b>	-
Banco PAN	-	12.907.004	-	-	10.244.843	-	-	8.547.618	-
<b>Outros créditos:</b>	<b>791.917</b>	-	-	<b>752.185</b>	-	-	<b>716.735</b>	-	-
STN – Tesouro nacional	791.917	-	-	752.185	-	-	716.735	-	-
<b>PASSIVO:</b>	<b>536.105</b>	<b>976.165</b>	-	<b>224.674</b>	<b>181.253</b>	<b>1.562</b>	<b>623.636</b>	<b>542.058</b>	-
<b>Depósitos:</b>	<b>490.831</b>	<b>21.891</b>	-	<b>181.221</b>	<b>10.951</b>	<b>1.562</b>	<b>584.433</b>	<b>12.993</b>	-
Banco PAN	-	1.625	-	-	-	-	-	-	-
Caixa Seguros Holding S.A.	-	20.266	-	-	10.951	-	-	12.993	-
FUNCEF	-	-	-	-	-	1.562	-	-	-
STN – Tesouro nacional	490.831	-	-	181.221	-	-	584.433	-	-
<b>Captações no mercado aberto</b>	-	<b>700.354</b>	-	-	-	-	-	<b>428.176</b>	-
Banco PAN	-	700.354	-	-	-	-	-	428.176	-
<b>Repasses do país - instituições oficiais</b>	<b>2.738</b>	-	-	<b>2.879</b>	-	-	<b>431</b>	-	-
STN - Tesouro nacional	2.738	-	-	2.879	-	-	431	-	-
<b>Obrigações diversas:</b>	<b>42.536</b>	<b>253.920</b>	-	<b>40.574</b>	<b>170.302</b>	-	<b>38.772</b>	<b>100.889</b>	-
Banco PAN	-	194.321	-	-	105.728	-	-	38.028	-
Capgemini S.A.	-	59.599	-	-	64.574	-	-	62.861	-
STN – Tesouro nacional	42.536	-	-	40.574	-	-	38.772	-	-

### Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos que compõem o resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	2º trimestre - 2015			1º semestre - 2015			2º trimestre - 2014			1º semestre - 2014		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
<b>RECEITAS:</b>	<b>69.637</b>	<b>368.231</b>	<b>-</b>	<b>136.246</b>	<b>690.022</b>	<b>-</b>	<b>63.253</b>	<b>287.708</b>	<b>-</b>	<b>83.369</b>	<b>576.652</b>	<b>-</b>
<b>Rdas. dep. interfinanceiros:</b>	<b>-</b>	<b>207.692</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>380.903</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>151.330</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>290.539</b>	<b>-</b>
Banco PAN	-	207.692	-	-	380.903	-	-	151.330	-	-	290.539	-
<b>Rendas prest. serviços:</b>	<b>48.533</b>	<b>160.539</b>	<b>-</b>	<b>96.514</b>	<b>309.119</b>	<b>-</b>	<b>47.340</b>	<b>136.378</b>	<b>-</b>	<b>52.375</b>	<b>286.113</b>	<b>-</b>
Caixa Seg. Holding S.A.	-	160.539	-	-	309.119	-	-	136.378	-	-	286.113	-
STN – Tesouro nacional	48.533	-	-	96.514	-	-	47.340	-	-	52.375	-	-
<b>Outras rec. operacionais:</b>	<b>21.104</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>39.732</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.913</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.994</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
STN – Tesouro nacional	21.104	-	-	39.732	-	-	15.913	-	-	30.994	-	-
<b>DESPESAS:</b>	<b>(1.365)</b>	<b>(152.135)</b>	<b>(16.121)</b>	<b>(2.031)</b>	<b>(246.757)</b>	<b>(32.251)</b>	<b>(910)</b>	<b>(84.750)</b>	<b>(14.918)</b>	<b>(2.088)</b>	<b>(136.260)</b>	<b>(29.408)</b>
<b>Desp. admin. – aluguéis:</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(16.121)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(32.251)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(14.918)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(29.408)</b>
FUNCEF	-	-	(16.121)	-	-	(32.251)	-	-	(14.918)	-	-	(29.408)
<b>Outras desp. operacionais:</b>	<b>(1.365)</b>	<b>(152.135)</b>	<b>-</b>	<b>(2.031)</b>	<b>(246.757)</b>	<b>-</b>	<b>(910)</b>	<b>(84.750)</b>	<b>-</b>	<b>(2.088)</b>	<b>(136.260)</b>	<b>-</b>
Banco PAN	-	(47.639)	-	-	(88.593)	-	-	(9.726)	-	-	(14.466)	-
Caixa Seg. Holding S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capgemini S.A.	-	(104.496)	-	-	(158.164)	-	-	(75.024)	-	-	(121.794)	-
STN – Tesouro nacional	(1.365)	-	-	(2.031)	-	-	(910)	-	-	(2.088)	-	-

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Remuneração do pessoal-chave da administração**

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Benefícios de curto prazo	<b>12.950</b>	<b>20.248</b>	<b>6.100</b>	<b>13.251</b>
Proventos	9.722	15.069	4.534	9.810
Encargos Sociais	3.227	5.179	1.566	3.441

Descrição	30/06/2015 (valores em R\$)		30/06/2014 (valores em R\$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	50.973	33.532	48.019	30.905
Salário médio	41.131	7.244	38.748	6.585
Menor salário	37.976	2.208	35.775	2.073
Benefícios	4.131	2.376	3.965	2.079

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 32 – Benefícios a empregados****(a) Composição da provisão para benefícios a empregados**

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da CAIXA.

A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Descrição	30/06/2015	31/12/2014
Benefícios de curto prazo	3.180.327	2.789.534
Natureza salarial	2.753.917	2.315.402
Participação dos empregados no lucro	426.410	474.132
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	16.397.054	11.665.078
Saúde CAIXA (cálculo atuarial <sup>1</sup> (c.1))	12.097.849	9.346.949
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial <sup>1</sup> (c.2))	1.055.997	861.147
Planos de benefícios – Previdência Privada (cálculo atuarial <sup>1</sup> (c.4))	3.243.208	1.456.982
<b>Total</b>	<b>19.577.381</b>	<b>14.454.612</b>

**(b) Benefícios de curto prazo:**

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

**(c) Benefícios pós-emprego:**

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

Até 31/12/2014, a CAIXA efetuou os cálculos atuariais relativos aos benefícios pós-emprego com periodicidade anual. A partir do exercício de 2015, estes cálculos serão apurados com periodicidade semestral.

A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

**(c.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS**

O Saúde CAIXA é o programa de assistência a saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológica, odontológica, psicológica, fisioterápica, terapêutica ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O custeio do Plano Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais.

O beneficiário titular, por sua vez, participa financeiramente com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitado ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a Tabela do PAMS.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os mais recentes estudos atuariais do valor presente da obrigação de benefício definido foram realizados em 30 de junho de 2015 pela Deloitte Touche Tohmatsu, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 12.097.849 (31/12/2014 – R\$ 9.346.949 – 30/06/2014 - R\$ 6.646.187).

### (c.2) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

Benefícios fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2014 a agosto de 2015 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 572,00 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2014 a agosto de 2015 é de R\$ 431,16 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 1.055.997 (31/12/2014 – R\$ 861.147 – 30/06/2014 – R\$ 757.123).

### (c.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto Nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação –BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economizadores Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 67 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da Obrigação.

### (c.4) Planos de previdência – Previdência complementar

- **REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade Benefício Definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do Benefício Saldado, calculado e reajustado com base no Índice do Plano, com a desvinculação do Salário de Participação e da concessão e manutenção por Órgão Oficial da Previdência, implicando no cancelamento da Contribuição Normal para este Plano e na adesão no caso do Ativo, a outro Plano de Benefícios oferecido pela Patrocinadora.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

O REG/REPLAN não saldado assegura aos seus participantes e assistidos os benefícios:

- Suplementações de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Suplementações de Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementações de Aposentadoria por Idade;
- Suplementações de Aposentadoria Especial;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Suplementação de Abono Anual;
- Auxílio-Funeral;
- Institutos de Autoprocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

Os benefícios saldados previstos para os participantes e assistidos são os seguintes:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão Por Morte;
- Pecúlio Por Morte.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Conforme divulgado pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF o Plano de Previdência REG/REPLAN patrocinado pela CAIXA registrou em 2014 seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado.

Pelas regras e pelos critérios estabelecidos, em especial na Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, a FUNCEF é obrigada a elaborar o plano de equacionamento quando o déficit acumulado persistir por três anos consecutivos ou quando ultrapassar 10% das reservas matemáticas.

A CAIXA conforme regulamento do próprio plano e Lei Complementar nº 108 e 109/2001 deverá arcar paritariamente com os participantes do referido plano o déficit acumulado objeto do plano de equacionamento.

A elaboração do referido plano está em curso pela FUNCEF com finalização no final do ano de 2015, com implementação prevista para 2016.

### • REB

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Conforme Ofício Nº 160/2008/GENEP, o Plano de Benefícios REB que estava segregado virtualmente em REB 1998 e REB 2002, foi unificado.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O REB assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Renda Vitalícia por Tempo de Contribuição;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez do Participante Licenciado;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Renda Antecipada;
- Abono Anual; e,
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

### • Novo Plano

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O Novo Plano assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte; e,
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (“Risk Sharing”), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

### (d) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Descrição	30/06/2015			31/12/2014		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (Incluindo Dependentes)	96.120	56.335	152.455	98.190	49.789	147.979
Auxílio e cesta alimentação (Aposentados e Pensionistas)	-	14.501	14.501	-	14.421	14.421
Assistidos PREVHAB (Aposentados e Pensionistas)	-	66	66	-	67	67
REG/REPLAN	28.227	35.129	63.356	28.532	34.913	63.445
REB	7.420	654	8.074	7.562	655	8.217
Novo Plano	90.411	3.907	94.318	88.465	3.856	92.321

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e) Avaliação atuarial dos planos de benefício**

Em 2014, a empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta-Alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

**(e.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais**

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em Outros Resultados Abrangentes.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Nos planos onde foi observado superávit na posição de 30/06/2015, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais.

**(e.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:**

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios devem ser definidas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2016, 4,50% para 2017, 4,00% para 2018, 3,50% para 2019, 3,00% para 2020, 2,50% para 2021, 2,00% para 2022, 1,50% para 2023 e 1,00% a partir de 2024 inclusive.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo são apresentadas as principais premissas adotadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA:

Descrição	Saúde CAIXA (3)		Auxílio e Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Taxa anual de juros (1)	11,72	12,8	11,94	12,8	12,12	12,77	11,98	12,8	12,06	12,79	11,98	12,8
Aumento anual dos salários (projeção)	-	-	-	-	-	-	7,93	8,71	10,2	10,99	8,14	8,92
Aumento anual dos benef. (projeção)	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19
Taxa de inflação média anual	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	12,12	12,77	11,98	12,8	12,06	12,79	11,98	12,8
Taxa de rotatividade (2)	1,21	Experiência FUNCEF	-	-	-	-	-	-	Experiência FUNCEF	Experiência FUNCEF	Experiência FUNCEF	Experiência FUNCEF
Tábua de mortalidade <sup>2</sup>	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000
	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)

- (1) O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período (5,43%), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
- (2) As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.
- (3) Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2016, 4,50% para 2017, 4,00% para 2018, 3,50% para 2019, 3,00% para 2020, 2,50% para 2021, 2,00% para 2022, 1,50% para 2023 e 1,00% a partir de 2024 inclusive.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e.3) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:**

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípua é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
VPOA <sup>1</sup> no início do exercício	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	(49.944)	(45.520)	(41.801.945)	(40.287.215)	(254.556)	(501.705)	(581.419)	(491.780)
Custo do serviço corrente	(162.210)	(400.434)	-	-	-	-	(74.255)	(3.648)	(1.217)	(1.303)	(9.099)	(37.648)
Custo de juros	(588.469)	(728.632)	(57.711)	(84.876)	(3.042)	(5.239)	(2.586.749)	(4.725.790)	(15.670)	(59.913)	(36.316)	(58.521)
Contribuições esperadas de participantes	-	-	-	-	-	-	(11.311)	(17.694)	(9)	(371)	-	(4.483)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:												
Ajuste de experiência	(193.209)	(796.063)	(182.301)	(143.399)	5.382	(5.974)	(3.077.081)	(715.647)	(20.432)	304.633	(126.843)	(12.588)
Alterações premissas biométricas	(479.584)	296.766	-	(3.903)	-	174	124.178	(465.883)	3.003	(18.928)	19.690	(60.015)
Alterações premissas financeiras	(1.483.093)	(1.793.362)	(3.975)	30.321	512	2.744	(69.164)	2.464.947	2.448	16.458	(1.384)	73.704
Benefícios pagos pelo plano	155.665	286.531	49.137	92.388	2.305	3.871	1.381.678	1.948.985	9.507	6.573	13.956	9.912
<b>VPOA<sup>1</sup> no final do exercício</b>	<b>(12.097.849)</b>	<b>(9.346.949)</b>	<b>(1.055.997)</b>	<b>(861.147)</b>	<b>(44.787)</b>	<b>(49.944)</b>	<b>(46.114.649)</b>	<b>(41.801.945)</b>	<b>(276.926)</b>	<b>(254.556)</b>	<b>(721.415)</b>	<b>(581.419)</b>

 VPOA<sup>1</sup> - Valor Presente da Obrigação Atuarial

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e.4) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos:**

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
VJAP <sup>1</sup> no início do exercício	-	-	-	-	49.944	45.520	39.189.888	41.054.967	263.803	299.895	279.514	271.445
Receitas de juros	-	-	-	-	3.042	5.239	2.421.034	4.820.209	16.263	35.702	17.118	32.574
Rendimentos s/ os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	-	-	-	-	(5.894)	3.056	(292.317)	(4.775.300)	1.226	(65.609)	77.468	(22.711)
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	36.337	21.303	163	17	9.896	3.635
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	-	-	-	11.311	17.694	9	371	-	4.483
Benefícios pagos pelo plano	-	-	-	-	(2.305)	(3.871)	(1.381.678)	(1.948.985)	(9.507)	(6.573)	(13.956)	(9.912)
<b>VJAP<sup>1</sup> no final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>44.787</b>	<b>49.944</b>	<b>39.984.575</b>	<b>39.189.888</b>	<b>271.957</b>	<b>263.803</b>	<b>370.040</b>	<b>279.514</b>

VJAP<sup>1</sup> - Valor Justo dos ativos do plano

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (e.5) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
VPOA <sup>1</sup> no final do período	(12.097.849)	(9.346.949)	(1.055.997)	(861.147)	(44.787)	(49.944)	(46.114.648)	(41.801.945)	(276.926)	(254.556)	(721.415)	(581.419)
VJAP <sup>2</sup> no final do período	-	-	-	-	44.787	49.944	39.984.575	39.189.888	271.957	263.803	370.040	279.514
Superávit/ (déficit) do plano	(12.097.849)	(9.346.949)	(1.055.997)	(861.147)	-	-	(6.130.073)	(2.612.057)	(4.969)	9.247	(351.375)	(301.905)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial <sup>3</sup>	-	-	-	-	-	-	3.065.036	1.306.028	2.485	-	175.687	150.952
Efeito do teto do Ativo <sup>4</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.247)	-	-
<b>Ativo/ (passivo) líquido</b>	<b>(12.097.849)</b>	<b>(9.346.949)</b>	<b>(1.055.997)</b>	<b>(861.147)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.065.036)</b>	<b>(1.306.029)</b>	<b>(2.485)</b>	<b>-</b>	<b>(175.687)</b>	<b>(150.953)</b>

VPOA<sup>1</sup> - Valor Presente da obrigação atuarial

VJAP<sup>2</sup> - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Banco.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pelo Banco

### (e.6) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	-	-	(1.306.029)	-	-	(100.905)	(150.953)	(110.167)
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-	36.337	21.303	163	17	9.896	3.635
Benefícios pagos diretamente pela empresa	155.665	286.531	49.137	92.388	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(750.679)	(1.129.065)	(57.711)	(84.876)	-	-	(157.111)	(3.648)	(1.217)	(13.408)	(18.698)	(50.622)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(2.155.886)	(2.292.660)	(186.276)	(116.981)	-	-	(1.638.233)	(1.323.684)	(1.431)	114.296	(15.932)	6.201
<b>(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período</b>	<b>(12.097.849)</b>	<b>(9.346.949)</b>	<b>(1.055.997)</b>	<b>(861.147)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.065.036)</b>	<b>(1.306.029)</b>	<b>(2.485)</b>	<b>-</b>	<b>(175.687)</b>	<b>(150.953)</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e.7) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados:**

<b>(Despesa) / Receita esperadas – CPC 33 (R1)</b>										
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio e Cesta Alimentação		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2015		2015		2015		2015		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Custo do serviço corrente líquido	(94.741)	(324.421)	-	-	(9.404)	(148.509)	(1.501)	(2.434)	(11.757)	(18.199)
Custo de juros líquidos	(703.458)	(1.176.939)	(64.512)	(115.421)	(183.100)	(165.714)	(145)	-	(10.367)	(19.197)
<b>Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício</b>	<b>(798.199)</b>	<b>(1.501.360)</b>	<b>(64.512)</b>	<b>(115.421)</b>	<b>(192.504)</b>	<b>(314.223)</b>	<b>(1.646)</b>	<b>(2.434)</b>	<b>(22.124)</b>	<b>(37.396)</b>

<b>Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)</b>										
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio e Cesta Alimentação		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2015		2015		2015		2015		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA) – Benefício definido	180.324	297.370	49.738	81.763	14.411	22.622	172	18	10.433	3.860
Contribuição definida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total dos pagamentos esperados para o plano</b>	<b>180.324</b>	<b>297.370</b>	<b>49.738</b>	<b>81.763</b>	<b>14.411</b>	<b>22.622</b>	<b>172</b>	<b>18</b>	<b>10.433</b>	<b>3.860</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e.8) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:**

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		30/06/2015
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
<b>Saúde CAIXA</b>									
Custo dos juros para o próximo semestre	(674.541)	(732.098)	(692.218)	(715.136)	N/A	N/A	(831.349)	(596.552)	(703.458)
Valor presente das obrigações	(11.596.286)	(12.595.421)	(11.659.146)	(12.563.323)	N/A	N/A	(14.281.699)	(10.272.197)	(12.097.849)
<b>Auxílio e Cesta Alimentação</b>									
Custo dos juros para o próximo semestre	(63.498)	(66.317)	(64.696)	(66.023)	N/A	N/A	N/A	N/A	(64.512)
Valor presente das obrigações	(1.039.006)	(1.086.237)	(1.036.846)	(1.076.192)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.055.997)
<b>Assistidos PREVHAB</b>									
Custo dos juros para o próximo semestre	(2.592)	(2.724)	(2.654)	(2.645)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.650)
Valor presente das obrigações	(43.812)	(46.026)	(43.959)	(45.613)	N/A	N/A	N/A	N/A	(44.787)
<b>REG/REPLAN</b>									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(3.662)	(10.377)	(6.496)	(7.577)	N/A	N/A	N/A	N/A	(9.404)
Custo dos juros para o próximo semestre	(2.692.272)	(2.728.154)	(2.705.588)	(2.720.848)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.713.302)
Valor presente das obrigações	(45.775.217)	(46.313.322)	(45.046.783)	(47.192.968)	N/A	N/A	N/A	N/A	(46.114.648)
<b>REB</b>									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(1.589)	(1.575)	(1.486)	(1.698)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.501)
Custo dos juros para o próximo semestre	(16.088)	(16.644)	(16.268)	(16.501)	N/A	N/A	N/A	N/A	(16.381)
Valor presente das obrigações	(272.146)	(281.341)	(269.632)	(284.783)	N/A	N/A	N/A	N/A	(276.926)
<b>NOVO PLANO</b>									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(12.547)	(11.044)	(11.078)	(12.483)	N/A	N/A	N/A	N/A	(11.757)
Custo dos juros para o próximo semestre	(36.887)	(35.493)	(35.396)	(36.846)	N/A	N/A	N/A	N/A	(42.705)
Valor presente das obrigações	(622.029)	(598.347)	(584.841)	(634.252)	N/A	N/A	N/A	N/A	(721.415)

**HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos**

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		31/12/2014
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
<b>Saúde CAIXA</b>									
Custo dos juros para o próximo semestre	(1.137.524)	(1.216.680)	(1.157.980)	(1.196.800)	N/A	N/A	(1.374.507)	(1.018.301)	(1.176.940)
Valor presente das obrigações	(9.038.904)	(9.657.543)	(9.025.337)	(9.688.565)	N/A	N/A	(10.891.021)	(8.107.124)	(9.346.949)
<b>Auxílio e Cesta Alimentação</b>									
Custo dos juros para o próximo semestre	(112.970)	(117.843)	(113.454)	(117.463)	N/A	N/A	N/A	N/A	(115.421)
Valor presente das obrigações	(841.986)	(880.072)	(845.775)	(887.104)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.147)
<b>Assistidos PREVHAB</b>									
Custo dos juros para o próximo semestre	(5.994)	(6.220)	(6.084)	(6.082)	N/A	N/A	N/A	N/A	(6.083)
Valor presente das obrigações	(48.858)	(51.011)	(49.028)	(50.887)	N/A	N/A	N/A	N/A	(49.944)
<b>REG/REPLAN</b>									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(135.157)	(149.817)	(142.830)	(154.449)	N/A	N/A	N/A	N/A	(148.509)
Custo dos juros para o próximo semestre	(4.958.412)	(5.238.125)	(5.145.032)	(5.202.394)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.713.498)
Valor presente das obrigações	(40.120.702)	(42.304.217)	(40.806.998)	(42.835.229)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.801.945)
<b>REB</b>									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(2.728)	(2.170)	(2.270)	(2.610)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.434)
Custo dos juros para o próximo semestre	(31.469)	(31.272)	(24.019)	(31.626)	N/A	N/A	N/A	N/A	(31.342)
Valor presente das obrigações	(255.573)	(253.985)	(190.829)	(261.710)	N/A	N/A	N/A	N/A	(254.556)
<b>NOVO PLANO</b>									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(20.078)	(16.508)	(17.117)	(19.360)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.199)
Custo dos juros para o próximo semestre	(75.999)	(69.590)	(72.776)	(75.533)	N/A	N/A	N/A	N/A	(72.631)
Valor presente das obrigações	(607.996)	(557.368)	(559.920)	(604.128)	N/A	N/A	N/A	N/A	(581.419)

**HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos**

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no site: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, governança corporativa.

#### Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (Icaap) encontram-se implementados na CAIXA, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, e Circular BACEN nº 3.547/11.

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, em acordo aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a Diretoria e para o Conselho de Administração; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Por meio desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração, e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o consumo de capital.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar:

Cálculo da exigência de capital regulamentar			
Descrição	30/06/2015 (1)	31/12/2014	30/06/2014
<b>Patrimônio de Referência – PR</b>	<b>77.543.602</b>	<b>79.402.212</b>	<b>68.203.567</b>
<b>Nível I</b>	<b>57.802.919</b>	<b>59.237.192</b>	<b>56.480.962</b>
Capital Principal – CP	57.802.919	59.237.192	34.186.596
Patrimônio Líquido (2)	26.436.920	26.222.765	28.244.519
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	36.086.566	35.867.958	8.000.000
Excesso ao limite estabelecido no art. 25 da Resolução CMN nº 4.192/2013	(198.111)	-	-
Ajustes prudenciais	(4.522.456)	(2.853.531)	(2.057.923)
Capital Complementar – CC	-	-	<b>22.294.366</b>
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-	22.294.366
<b>Nível II</b>	<b>19.740.683</b>	<b>20.165.020</b>	<b>11.722.605</b>
Instrumentos de dívida subordinada	18.653.065	18.554.433	11.722.605
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 20%)	(800.796)	-	-
Notas subordinadas	1.619.165	1.370.226	-
Letras financeiras	273.180	244.051	-
Letras financeiras (dedução 20%)	(3.931)	(3.690)	-
<b>Ativos ponderados pelo risco – RWA</b>	<b>554.171.966</b>	<b>493.956.341</b>	<b>514.119.087</b>
Risco de crédito - $RWA_{CPAD}$	517.010.889	470.702.401	491.776.859
Risco de mercado – carteira de negociação - $RWA_{MPAD}$	3.567.837	2.986.701	1.966.187
Taxa de juros – $RWA_{JUR}$	1.756.766	1.985.813	1.631.057
Commodities – $RWA_{COM}$	-	-	-
Ações – $RWA_{ACS}$	-	-	-
Câmbio – $RWA_{CAM}$	1.811.071	1.000.888	335.130
Risco operacional - $RWA_{OPAD}$	33.593.240	20.267.239	20.376.041
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (<math>RWA * 0,11</math>) - PRMR</b>	<b>60.958.916</b>	<b>54.335.198</b>	<b>56.553.100</b>
<b>Risco de mercado – carteira de não negociação - <math>R_{BAN}</math></b>	<b>8.381.101</b>	<b>6.561.083</b>	<b>4.176.822</b>
<b>Margem de capital (PR - PRMR - <math>R_{BAN}</math>)</b>	<b>8.203.585</b>	<b>18.505.932</b>	<b>7.473.645</b>
<b>Índice de capital principal (CP / RWA)</b>	<b>10,43%</b>	<b>11,99%</b>	<b>6,65%</b>
<b>Índice de capital nível I (Nível I / RWA)</b>	<b>10,43%</b>	<b>11,99%</b>	<b>10,99%</b>
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>13,99%</b>	<b>16,07%</b>	<b>13,27%</b>

(1) Conforme as Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/13, a partir de janeiro de 2015, o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial.

(2) Patrimônio Líquido descontado dos Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

### Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

### Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

### Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

### Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

### Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade <sup>(1)</sup>			
Fatores de Risco	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
PRE	16.249	8.546	10.425
Cupom IPCA	49	270	1
Cupom SELIC	(2)	-	-
Cupom TR	-	-	1
<b>VaR com ED</b>	<b>16.296</b>	<b>8.816</b>	<b>10.427</b>

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

### Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A estimativa do PR compatível com o risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros é realizada por meio da metodologia EVE – Economic Value of Equity, em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.365/07 e os princípios do Acordo de Basiléia. O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

São realizados testes de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007. Adicionalmente, realiza-se análises de sensibilidade, que permitem verificar a variação no valor da carteira banking a partir da aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, simulando a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Instrumentos Financeiros – Valor de mercado**

Descrição	Valor Contábil			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber		
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
<b>Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVOS</b>									
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.163.593	6.533.817	6.815.947	8.163.008	6.533.766	6.815.587	(585)	(51)	(360)
Aplicações em operações compromissadas	117.549.929	113.973.136	78.459.281	117.549.929	113.952.540	78.459.281	-	(20.596)	-
Títulos e valores mobiliários e instr. financ.	167.909.490	166.025.859	165.894.833	167.701.582	166.039.625	166.302.849	(207.908)	13.766	408.016
Títulos para negociação	102.699.876	101.697.936	103.235.984	102.699.876	101.697.936	103.235.984	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	17.686.347	15.039.809	15.957.972	17.686.347	15.039.809	15.957.972	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	47.523.267	49.288.114	46.700.877	47.315.359	49.301.880	47.108.893	(207.908)	13.766	408.016
Operações de crédito, arrendam. mercantil e outros créditos	632.895.702	594.754.777	544.587.248	591.324.230	556.953.867	530.337.613	(41.571.472)	(37.800.910)	(14.249.635)
Comercial	196.285.575	190.519.837	187.133.079	207.696.623	197.257.226	201.274.344	11.411.048	6.737.389	14.141.265
Habitação	366.642.407	339.838.641	303.547.993	331.051.767	311.713.400	285.189.209	(35.590.640)	(28.125.241)	(18.358.784)
Infraestrutura/Desenvolvimento	63.040.013	56.481.914	45.982.514	45.648.133	40.068.856	35.950.398	(17.391.880)	(16.413.058)	(10.032.116)
Outros créditos	6.927.707	7.914.385	7.923.662	6.927.707	7.914.385	7.923.662	-	-	-
<b>Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVOS</b>									
Captações de recursos	259.889.724	227.640.742	193.819.396	258.687.069	226.931.157	199.097.963	(1.202.655)	(709.585)	5.278.567
CDB/RDB	97.605.984	89.891.665	82.781.229	97.860.395	90.118.460	82.980.643	254.411	226.795	199.414
LCI LH	149.628.937	126.971.227	102.121.778	147.469.045	125.510.353	106.454.037	(2.159.892)	(1.460.874)	4.332.259
Obrigações por TVM no exterior	12.654.803	10.777.850	8.916.389	13.357.629	11.302.344	9.663.283	702.826	524.494	746.894
Captação em operações compromissadas	176.283.465	172.769.884	145.922.774	177.213.692	172.755.223	147.023.300	930.227	(14.661)	1.100.526
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	198.618.443	180.008.939	154.020.030	137.886.656	130.600.029	115.366.304	(60.731.787)	(49.408.910)	(38.653.726)
Exterior	9.697.669	5.450.039	3.476.597	9.683.198	5.353.897	3.472.652	(14.471)	(96.142)	(3.945)
Tesouro	42.536	40.574	38.772	43.857	41.910	40.231	1.321	1.336	1.459
FGTS (1)	156.491.749	145.033.444	144.834.457	110.801.191	108.353.417	104.075.425	(45.690.558)	(36.680.027)	(40.759.032)
BNDES	31.367.136	28.239.713	4.595.361	16.541.605	15.799.197	6.814.265	(14.825.531)	(12.440.516)	2.218.904
Depósitos não remunerados	1.019.353	1.245.169	1.074.843	816.805	1.051.608	963.731	(202.548)	(193.561)	(111.112)
Instrumento híbrido de capital e dívida	20.555.333	20.177.205	40.777.493	14.775.563	14.869.513	37.274.461	(5.779.770)	(5.307.692)	(3.503.032)

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

### Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;
- Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 30/06/2015 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(280.098)	(6.591.631)	(12.427.410)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(19.215)	(455.044)	(861.761)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(181.039)	(3.884.632)	(6.708.965)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(1.913)	(48.408)	(98.038)

**Risco de Liquidez**

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

**Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar, monitorar, controlar e reportar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional. Na CAIXA esta gestão está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo segregado de auditoria;
- Processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos; e
- Divulgação de informações de Risco Operacional, definida segundo o objetivo e público alvo.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

### Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular BACEN nº 3640/2013, foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:

- Abordagem do Indicador Básico – BIA;
- Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e
- Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada - ASA2.

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA, metodologia adotada na CAIXA, segue os procedimentos definidos na Circular BACEN acima, para efetivar o cálculo da parcela dos ativos ponderados, relativa ao cálculo do capital requerido para o Risco Operacional.

A Circular nº 3.675/2013 definiu que o BACEN poderá exigir que o cálculo da parcela RWAopad seja efetuado com utilização da metodologia do Indicador Básico (BIA), em virtude de eventual necessidade de correção ou aprimoramento na utilização da Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) ou da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (ASA2), inclusive nos casos em que o processo de classificação em linhas de negócio não evidenciar a utilização de critérios adequados, consistentes e passíveis de verificação.

Encontra-se em estudo pelo Comitê de Basiléia uma metodologia de alocação de capital alternativa aos modelos básico e padronizado, denominado de OpCaR (Operational Capital at Risk), trazendo como novidade a substituição do Gross Income (Resultado Bruto) como insumo principal do cálculo, dando lugar ao Business Indicator, sendo este último uma proxy do volume de negócios do banco.

Tal abordagem gerou um documento colocado em consulta pública pelo Comitê de Basiléia, com a descrição da metodologia, que foi analisada pelos bancos brasileiros, BACEN e FEBRABAN, inclusive com a geração de simulações pelos maiores bancos, que estão sendo verificadas pelo BACEN e FEBRABAN.

### Modelos Internos

As abordagens avançadas de alocação de capital para risco operacional envolvem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle e, como resultado, espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (internas e/ou externas), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros, para mitigar a exposição ao risco operacional. O modelo interno, conhecido por esta terminologia por necessitar de várias informações da própria instituição, requer maior número de variáveis a serem agregadas ao cálculo da parcela relativa ao risco operacional, dos ativos ponderados pelo risco, resultando em um valor mais preciso de capital regulamentar a ser alocado.

O modelo requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – a base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Dados externos de perdas operacionais – a base de dados externos auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão e direcionar a elaboração de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

Para o controle operacional de produtos e serviços é utilizada ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

Visando a redução de riscos e a melhoria de controles, são elaboradas ações de mitigação do risco operacional, que representam medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão, e para se obter um melhor monitoramento, essas ações são registradas em sistema corporativo.

### Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte do gerenciamento de risco operacional e sua atuação se dá por meio do Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

### Gestão da Segurança da Informação

A gestão de Segurança da Informação é um elemento importante na estrutura da CAIXA, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da instituição.

### Gestão de Crises

A Gestão de Crise é um componente da Gestão de Continuidade dos Negócios, que busca gerenciar de forma efetiva eventos de impacto significativo que abalem um ou mais pilares: pessoas, negócios, infraestrutura, informações, TI e fornecedores. Esta gestão envolve ações de preparação, identificação, resposta, resolução e, ao final, a observação das lições aprendidas, o chamado pós- crise.

NA CAIXA, o gerenciamento de crise está estruturado num modelo que contempla premissas, responsabilidades e formas de atuação, estas, sempre coordenadas por um Grupo de Gestão.

### Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade do gerenciamento dessa categoria de risco na instituição.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

### Disseminação de Cultura de Risco Operacional

Estão disponíveis na Universidade CAIXA dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, existem manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 34 – Outras informações****(a) Convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS**

Visando à convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BrGaap) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Resolução CMN n° 3.566/2008: **CPC 01** Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Resolução CMN n° 3.604/2008: **CPC 03** Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Resolução CMN n° 3.750/2009: **CPC 05** Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- Resolução CMN n° 3.823/2009: **CPC 25** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- Resolução CMN n° 3.973/2011: **CPC 24** Evento Subsequente; e
- Resolução CMN n° 3.989/2011: **CPC 10** Pagamento Baseado em Ações;
- Resolução CMN n° 4.007/2011: **CPC 23** Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retific. de Erro;
- Resolução CMN n° 4.144/2012: **CPC 00** Pronunciamento Conceitual Básico;

Os pronunciamentos CPC 00, CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador.

**(b) Patrimônios Líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:**

PL de Fundos/Programas Sociais administrados			
Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
PIS	30.908.276	28.674.573	28.761.529
FGTS	87.669.243	75.023.898	69.536.089
FAR	35.945.312	30.779.021	24.966.191
FDS	1.153.987	1.143.187	1.124.003
FAS	28.009	27.987	27.962
FGS	578.933	269.910	128.228
FGHAB	1.630.930	1.788.550	1.585.032
CCA	77.458	63.776	53.821
CCAM	32	28	24
FGCN	4.766.970	4.755.903	3.717.930
FCE	-	4	7
<b>Total</b>	<b>162.759.150</b>	<b>142.526.837</b>	<b>129.900.816</b>
<b>FCVS</b>	<b>(99.874.914)</b>	<b>(97.974.486)</b>	<b>(93.193.761)</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Garantias prestadas a terceiros**

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (31/12/2014 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

**(d) FGTS**

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. Em consonância com o que estabelece a estrutura de gerenciamento de risco da CAIXA, não há necessidade de provisionamento para fazer frente a esse risco de crédito.

**(e) FIES**

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 211.587 (31/12/2014 – R\$ 186.651).

**(f) Reestruturação societária do segmento de seguridade - ações em andamento**

Em continuidade ao processo de reorganização societária do segmentos de seguridade, a CAIXA está em tratativas para incorporação das empresas Panamericana Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda e PAN Seguros S/A na empresa CAIXA Operadora, sem alteração nas participações existentes na CAIXA Seguridade S/A (Nota 2 (c)).

Também está em curso, providências para alteração do estatuto, razão e objeto social da CAIXA Operadora e a realização de estudos no sentido de se viabilizar uma oferta pública inicial de ações (IPO) da CAIXA Seguridade no decorrer do 2º semestre de 2015.

**Nota 35 – Eventos subsequentes**

A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devida pelas pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e pelas instituições financeiras de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento). A medida entrará em vigor em 1º de setembro de 2015 e produzirá impactos na tributação corrente e diferida da Instituição.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Miriam Aparecida Belchior  
Presidenta

Antônio Carlos Ferreira  
Vice-presidente

Fábio Lenza  
Vice-presidente

Lucas José Palomero  
Vice-presidente interino  
Portaria nº 932/2015

Joaquim Lima de Oliveira  
Vice-presidente

Jose Carlos Medaglia Filho  
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz  
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto  
Vice-presidente

Rauelison da Silva Muniz dos Santos  
Vice-presidente em exercício  
Portaria nº 1376/2015

Teotônio Costa Rezende  
Vice-presidente interino  
Portaria nº 072/2015

Marcos Brasileiro Rosa  
Superintendente Nacional  
Contador CRC 022351/O-1-DF

**Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria****RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA  
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015**

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

O Comitê desincumbiu, com independência, as atribuições e responsabilidades que lhe são conferidas pela Resolução CMN nº 3.198, de 27.05.2004, orientado pelo Plano de Trabalho para o exercício de 2015, aprovado por aquele Conselho. O regimento interno do Comitê está disponível no site <http://www.caixa.gov.br>.

Ao longo do primeiro semestre de 2015, participou de reuniões com integrantes dos Conselhos Diretor e Fiscal e de todas as promovidas pelo Conselho de Administração. Realizou encontros, isolada ou conjuntamente, com diversas áreas da Empresa, emprestando ênfase, por força da natureza de suas atividades, aos debates e análises com as áreas de controle institucional, de gerenciamento de riscos, de contabilidade e tributos, de controladoria e de ouvidoria. Com as equipes de auditoria interna e independente, discutiu os seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações, e revisou as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas.

Naquelas oportunidades, colheu informações, observações e diagnósticos a propósito de aspectos relevantes ou críticos, debateu ações corretivas e oportunidades de aperfeiçoamentos, discutiu planos e ações, formulou apontamentos, informou-se sobre o estágio das recomendações ou determinações emanadas dos diversos órgãos externos e das várias instâncias de controle, cuidando de conferir a consistência e a efetividade das respectivas atribuições.

Manteve-se em sintonia com os contextos regulatórios e econômicos e suas implicações para a CAIXA e atentou para os reflexos do modelo de gestão em implantação e para a dinâmica de atuação da Empresa, em particular quanto aos aspectos relacionados a controles internos, gestão de riscos e auditoria.

## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Em razão das atividades desenvolvidas, o Comitê reuniu um acervo de informações que constituiu a base de suas avaliações. Assim, analisados os elementos colecionados, considerados os resultados das análises efetuadas e ponderadas as responsabilidades e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o COAUD concluiu que:

- i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade, observada a necessidade de constantes aperfeiçoamentos que se ajustem, em velocidade compatível com as transformações experimentadas, ao atual porte e à maior complexidade operacional da Empresa;
- ii) a atuação da auditoria interna mostrou-se efetiva, anotando-se iniciativas de aprimoramentos que visam mantê-la em linha com a crescente necessidade imposta pelo novo patamar alcançado pela CAIXA;
- iii) em relação à auditoria independente, não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua efetividade e independência; e
- iv) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente, foram elaboradas em consonância com as normas de regência e as melhores práticas adotadas no País, refletindo, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal em 30.06.2015.

Brasília (DF), 24 de agosto de 2015.

Reinaldo Busch Alves Carneiro  
Presidente

Adilson da Conceição Rocha  
Membro

Arnaldo Jose Vollet  
Membro

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas**

Aos Administradores e Acionista da  
**Caixa Econômica Federal - CAIXA**

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas (“CAIXA” ou Instituição), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas**

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAIXA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa Econômica Federal - CAIXA e suas controladas em 30 de junho de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Ênfases

#### *Créditos com FCVS*

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em 30 de junho de 2015, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 26.230 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 11.476 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 2.641 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 17.395 milhões, em 30 de junho de 2015, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### *Créditos tributários*

Chamamos a atenção para a nota 20(b) às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em 30 de junho de 2015, a CAIXA possui R\$ 30.037 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 940 milhões. O valor líquido de R\$ 29.097 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### *Créditos tributários em controlada em conjunto*

Em 30 de junho de 2015, a controlada em conjunto Banco Panamericano S.A., a qual é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 2.812 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em 30 de junho de 2015, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Relatório dos Auditores Independentes

### *Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos*

Conforme mencionado na nota explicativa 2(e), em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da Caixa na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da Caixa adotou ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados e administradores relacionados a essa alegação. Essas ações já foram concluídas, incluindo o processo de investigação interno. Entretanto, como a operação “A Origem” ainda encontra-se em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Caixa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstrações Consolidadas do valor adicionado*

Examinamos, também, as Demonstrações Consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

#### *Revisão dos valores correspondentes ao 2º trimestre de 2015*

Os valores referentes às demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao 2º trimestre de 2015, que estão sendo apresentadas pela Administração da CAIXA como informações suplementares, foram por nós revisadas e sobre as quais emitimos relatório de revisão, sem modificações, contendo as mesmas ênfases acima descritas, datado de 24 de agosto de 2015.

#### *Apresentação de demonstrações contábeis individuais*

A CAIXA elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria, sem modificações, contendo as mesmas ênfases acima descritas, datado de 24 de agosto de 2015.

São Paulo, 24 de agosto de 2015

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6-F-SP

Flávio Serpejante Peppe  
Contador CRC-1SP172167/O-6

Renata Zanotta Calçada  
Contador CRC-1RS062793/O-8

**Parecer do Conselho Fiscal****Parecer nº 018/2015, da Ata nº 686, de 21/08/2015**

**Assunto: Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, Balancete Mensal de Junho, Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao 1º Semestre de 2015 - Resolução do Conselho Diretor nº 2170/2015.**

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, consoante o artigo 50 do Estatuto Social da Empresa, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28/03/2013, combinado com o artigo 163, incisos VI e VII da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, examinou as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, o Balancete Mensal de junho, o Estudo do Crédito Tributário e a Execução Orçamentária da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, referentes ao 1º semestre de 2015. Com base nos documentos apresentados, na análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, no Relatório da Auditoria Interna e demais informações prestadas pela área, considerando o Parecer emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes, as observações dispostas em seu Relatório, sobretudo as ênfases, o Conselho Fiscal opina no sentido de que demonstrações contábeis, os atos administrativos e o Relatório da Administração refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, estando de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).”

Brasília, 21 de agosto de 2015.

ANELIZE LENZI RUAS DE ALMEIDA  
Conselheira

LEONARDO SILVEIRA DO NASCIMENTO  
Conselheiro

MANUEL AUGUSTO ALVES SILVA  
Conselheiro

WILLIAM BAGHDASSARIAN  
Conselheiro

LUIZ ROBERTO BEGGIORA  
Presidente

## Parecer do Conselho da Administração

## PARECER

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso X, alínea “f”, do Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, tomando por base o Relatório do Comitê de Auditoria da CAIXA e o Parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., e considerando o opinamento do Conselho Fiscal, **aprovou** as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal, relativas ao semestre findo em 30/06/2015.

Brasília, 24 de agosto de 2015.

FERNANDO FERRAZ RÊGO NEIVA  
Conselheiro Representante dos Empregados  
Titular

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES  
Conselheiro

LIANA DO RÊGO MOTTA VELOSO  
Conselheira

MIRIAM BELCHIOR  
Conselheira

RICARDO SORIANO DE ALENCAR  
Conselheiro

PRISCILA GRECOV  
Presidente